



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

KELLY DE LIMA COSTA

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO
MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO
NORDESTE: INVESTIGANDO A APROPRIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PELOS
PARTICIPANTES ACERCA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**

JOÃO PESSOA

2022

KELLY DE LIMA COSTA

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO
MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO
NORDESTE: INVESTIGANDO A APROPRIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PELOS
PARTICIPANTES ACERCA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, conhecimento e sociedade.

Linha de pesquisa: Organização, acesso e uso da informação.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias.

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838p Costa, Kelly de Lima.

Práticas informacionais do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do nordeste : investigando a apropriação das informações pelos participantes acerca do Programa Dinheiro Direto na Escola / Kelly de Lima Costa. - João Pessoa, 2022.

88 f. : il.

Orientação: Guilherme Ataíde Dias.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Práticas informacionais. 2. Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento. 3. Programa Dinheiro Direto na Escola. 4. Programas educacionais. I. Dias, Guilherme Ataíde. II. Título.

UFPB/BC

CDU 007(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 283


Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação da Mestranda **KELLY DE LIMA COSTA** como requisito para obtenção do grau de Mestra em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em Organização, Acesso e Uso da Informação.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois (29/11/2022), das quinze horas às dezessete horas e 14 minutos, na sala virtual do *Google Meet*, conectaram-se via videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar a candidata ao Grau de Mestra em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, a mestranda **KELLY DE LIMA COSTA**. A defesa ocorreu de forma remota, com acesso por meio do *link*: (<http://meet.google.com/mxy-jpxn-vpy>). A banca examinadora foi composta pelos(as) professores(as): Dr. Guilherme Ataíde Dias - PPGCI/UFPB (Presidente/Orientador), Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves - PPGCI/UFPB (Examinadora Interna), Dr. Fellipe Sá Brasileiro - PPGC/UFPB (Examinador Externo), Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa - PPGCI/UFPB (Suplente interno) e Dra. Emília Maria da Trindade Prestes - PPGOA/UFPB (Suplente externa). Dando início aos trabalhos, o Professor Dr. Guilherme Ataíde Dias, Presidente da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra à discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulado: **PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO NORDESTE: INVESTIGANDO AS PERCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES ACERCA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**. Após a apresentação, a mestranda foi arguida na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, o Professor Dr. Guilherme Ataíde Dias, Presidente da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:


(X)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Professor Dr. Guilherme Ataíde Dias, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada digitalmente por mim e pelos demais membros, juntamente com os pareceres de avaliação da Dissertação e defesa de dissertação da mestranda, devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital

João Pessoa, 29 de novembro de 2022.

Documento assinado digitalmente
 **GUILHERME ATAÍDE DIAS**
Data: 29/11/2022 17:52:44-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias
Orientador/Presidente da Banca
Examinadora – PPGCI/UFPB


Documento assinado digitalmente
 **GRACY KELLI MARTINS GONCALVES**
Data: 29/11/2022 19:24:09-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Examinadora Interna – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE SA BRASILEIRO**
Data: 01/12/2022 00:10:10-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro
Examinador Externo – PPGC/UFPB

Prof. Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa
Suplente Interno – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **EMILIA MARIA DA TRINDADE PRESTES**
Data: 30/11/2022 14:53:11-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**Profa. Dra. Emília Maria da Trindade
Prestes**
Suplente Externa – PPGOA/UFPB

Kelly de Lima Costa
Mestranda

Alinny Costa Araújo dos Santos
Assistente em Administração – PPGCI/UFPB

KELLY DE LIMA COSTA

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO
MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO
NORDESTE: INVESTIGANDO A APROPRIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PELOS
PARTICIPANTES ACERCA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias
Orientador – PPGCI/UFPB

Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Examinadora interna – PPGCI/UFPB

Prof. Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa
Examinador interno – PPGCI/UFPB

Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro
Examinador externo – PPGC/UFPB

Profa. Dra. Emília Maria da Trindade Prestes
Examinadora externa – PPGOA/UFPB

Dedico à minha amada avó, Terezinha Felipe de Lima Veras,
in memoriam.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por tamanha honra de me ter capacitado chegar até aqui; por sempre acreditar e levar-me além, por escolher meus caminhos antes de mim e por nunca me ter deixado desistir de tentar! Só gratidão!

A minha mãe, Teresa Cristina, e ao meu pai, Antônio Rafael, pela vida.

A minha irmã, Karina, pelo maior presente que me deu: Klarissa, minha inspiração!

Ao meu orientador, Professor Dr. Guilherme Ataíde Dias, por todo apoio, atenção, orientação e compreensão.

Aos Professores da banca examinadora: Dr. Fellipe Sá Brasileiro, Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves e Dra. Emília Maria da Trindade Prestes, pelas importantes contribuições para conclusão deste trabalho.

A Clébio, meu amigo, por todo apoio, desde a graduação.

A minha prima, Paola, pelo incentivo e por acreditar na minha capacidade de chegar até aqui.

A todos que contribuíram, direta e indiretamente, para a concretização desta conquista.

Aos que torceram por mim, obrigada!

“Nós moldamos nossas ferramentas e depois nossas ferramentas nos moldam.”

Marshall McLuhan

RESUMO

A presente pesquisa buscou caracterizar as práticas informacionais realizadas pelo Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do Nordeste (CECAMPE Nordeste), bem como investigar a apropriação das informações pelos participantes dos Webinários, realizados pelo CECAMPE Nordeste, a fim de contribuir para o processo de formação e capacitação de agentes envolvidos no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O objeto de estudo deste trabalho destacou a prática informacional relacionada a um fenômeno político pedagógico. Para tal, foram analisados dados estruturados, organizados e disponibilizados pelo CECAMPE Nordeste referentes ao perfil dos participantes e à estratificação de dúvidas referentes aos Webinários de formação de gestores de escolas públicas da região Nordeste. A metodologia da pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, cujos procedimentos técnicos têm uma proposta de pesquisa documental. Quanto à abordagem do problema, é qualitativa. A investigação da pesquisa deu-se por meio de categorização temática, gráficos, tabelas e os resultados representados, por nuvens de palavras. As informações colhidas pelo monitoramento do CECAMPE Nordeste tiveram valor estratégico, visando proporcionar melhores resultados em relação ao monitoramento da gestão descentralizada na educação pública na região. Os resultados da pesquisa mostraram as práticas informacionais do CECAMPE Nordeste e seu desenvolvimento relacionado à apropriação das informações pelos participantes acerca do Programa Dinheiro Direto na Escola. As conclusões apontam que os participantes, apesar de se apropriarem das informações fornecidas pelo CECAMPE Nordeste no âmbito do PDDE, permaneceram com dúvidas específicas de cada gestão escolar, bem como demonstraram a necessidade de uma maior participação de todos os agentes envolvidos com a gestão descentralizada para se obterem melhores índices de desempenho do programa. Por fim, foi percebida a importância da categorização das funções dos participantes dos Webinários para uma melhor efetividade no monitoramento técnico do projeto CECAMPE Nordeste. Sendo assim, espera-se que os resultados obtidos não só possam contribuir para demonstrar o elo entre as práticas informacionais e a influência de sua utilização para o monitoramento da qualidade da gestão democrática e da qualidade da educação realizados pelo CECAMPE Nordeste, como também promover possíveis estudos relacionados aos temas abordados.

Palavras-chave: práticas informacionais; Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais; Programa Dinheiro Direto na Escola.

ABSTRACT

The present research sought to characterize the informational practices carried out by the Northeast Collaborating Center to Support the Monitoring and Management of Educational Programs (Northeast CECAMPE), and to investigate the appropriation of information by the participants of the Webinars carried out by Northeast CECAMPE, in order to contribute to the training and qualification process for agents involved in the Money Direct at School Program (PDDE). The object of study of this work highlighted the informational practice related to a political pedagogical phenomenon. To this end, structured data, organized and made available by CECAMPE Northeast, referring to the profile of participants and the stratification of doubts regarding the Webinars for training managers of public schools in the Northeast region, were analyzed. The research methodology is exploratory and descriptive in nature, and as for the technical procedures, it has a documentary research proposal. As for the approach to the problem, it is quali-quantitative. The research investigation took place through thematic categorization, graphs and tables, and the results represented by word clouds. The information gathered by monitoring Northeast CECAMPE had strategic value, aiming to provide better results in relation to the monitoring of decentralized management in public education in the region. The research results showed the informational practices of Northeast CECAMPE and its development related to the appropriation of information by the participants about the Money Direct at School Program. The conclusions indicate that the participants, although they appropriate the information provided by Northeast CECAMPE within the scope of the PDDE, remained with specific doubts about each school management; also demonstrated the need for greater participation of all agents involved with decentralized management in order to obtain better program performance indices; and, finally, the importance of categorizing the functions of the participants in the Webinars was perceived for a better effectiveness in the technical monitoring of the Northeast CECAMPE project. It is hoped that the results obtained may contribute to demonstrating the link between informational practices and the influence of their use for monitoring the quality of democratic management and the quality of education carried out by Northeast CECAMPE, as well as promoting possible studies related to the themes addressed.

Keywords: informational practices; Collaborating Center to Support the Monitoring and Management of Educational Programs; Money Direct at School Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais	29
Figura 2 – Visão geral do Painel de Informações	41
Figura 3 – Cursos do CECAMPE Nordeste	42
Figura 4 – Vídeos do CECAMPE Nordeste	43
Figura 5 – Notícias do CECAMPE Nordeste	44
Figura 6 – Redes Sociais no CECAMPE Nordeste	44
Figura 7 – Dúvidas dos Participantes do Webinar (P1) acerca dos Temas Apresentados – Região Nordeste	46
Figura 8 – Função dos Participantes do Webinar (P1) – Região Nordeste	48
Figura 9 – Dúvidas dos Participantes do Webinar (P1) acerca dos Temas Apresentados – Paraíba.....	55
Figura 10 – Funções dos Participantes do Webinar (P1) – Paraíba	55
Figura 11 – Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Execução Recursos” do I e II Webinários (P2 e P3) – Paraíba.....	63
Figura 12 – Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Programa PDDE” do I e II Webinários (P2 e P3) – Paraíba.....	64
Figura 13 – Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Outros” do I e II Webinários (P2 e P3) – Paraíba.....	65
Figura 14 – Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Prestação de Contas” do I e II Webinário (P2 e P3) – Paraíba	67
Figura 15 – Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Variadas” e “Todas” II Webinário (P3) – Paraíba	68
Figura 16 – Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Adesão” do II Webinário (P3) – Paraíba	68
Figura 17 – Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Custeio e Capital” do I e II Webinário (P2 e P3) – Paraíba.....	69
Figura 18 – Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Cadastro” do II Webinário (P3) – Paraíba	70
Figura 19 – Nuvem de palavras com todas as classes de dúvidas do I e II Webinário (P2 e P3) – Paraíba.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa Etária dos Participantes do Webinarírio (P1) – Região Nordeste	46
Tabela 2 – Escolaridade dos Participantes do Webinarírio (P1) – Região Nordeste	46
Tabela 3 – Quantidade de Dúvidas por Estado (P1) – Região Nordeste	47
Tabela 4 – Funções Categorizadas dos Participantes do Webinarírio (P1) – Região Nordeste	49
Tabela 5 – Categorização das Dúvidas dos Participantes do Webinarírio (P1) – Região Nordeste	52
Tabela 6 – Faixa Etária dos Participantes do Webinarírio (P1) – Paraíba	54
Tabela 7 – Escolaridade dos Participantes do Webinarírio (P1) – Paraíba.....	54
Tabela 8 – Funções Categorizadas dos Participantes do Webinarírio (P1) – Paraíba..	57
Tabela 9 – Dúvidas por Tipo dos Participantes do Webinarírio (P1) – Paraíba	58
Tabela 10 – Dúvidas por Unidade Federativa do I Webinarírio (P2).....	60
Tabela 11 – Dúvidas por Unidade Federativa do II Webinarírio (P3).....	60
Tabela 12 – Painel de Informações – Dúvidas por Classe I Webinarírio (P2) – Paraíba	61
Tabela 13 – Painel de Informações – Dúvidas por Classe II Webinarírio (P3) – Paraíba	61
Tabela 14 – Total das Classes de Dúvidas dos Participantes do I e II Webinarírios (P2 e P3) – Paraíba	62

LISTA DE QUADROS

Quadro1 – Base de Dados dos Webinários do CECCAMPE Nordeste	37
Quadro2 – Atividades de Informação do CECAMPE Nordeste	40

LISTA DE SIGLAS

CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CE	Centro de Educação
CECAMPE	Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais
CF	Constituição Federal
CGAME	Coordenação Geral de Apoio à Manutenção Escolar
CGU	Controladoria Geral da União
COVID-19	Coronavírus Desease
EEx	Entidade Executora
EM	Entidade Mantenedora
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEGES	Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada
IFES	Instituições Federais e Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PMDE	Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
TED	Termo de Execução Descentralizada
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEx	Unidade Executora Própria
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	17
2.1 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	17
2.1.1 Programa Dinheiro Direto na Escola	18
2.1.2 Gestão democrática no ensino público	21
3 CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS	23
3.1 CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO NORDESTE	23
4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS	26
4.1 PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	29
4.2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DO CECAMPE NORDESTE	30
5 METODOLOGIA	34
5.1 CAMPO EMPÍRICO E OS SUJEITOS DA PESQUISA	35
5.2 COLETA DE DADOS	36
5.3 TÉCNICAS DA ANÁLISE DOS DADOS	37
5.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA	38
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	40
6.1 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO CECAMPE NORDESTE NO ÂMBITO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	40
6.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS WEBINÁRIOS APRESENTADOS PELO CECAMPE NORDESTE	46
6.3 APROPRIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PELOS PARTICIPANTES DA AMOSTRA DO CECAMPE NORDESTE ACERCA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	60
7 CONCLUSÕES	76
REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

O processo de uso e apropriação da informação está intrinsecamente relacionado ao momento que cada indivíduo vive, assim como ao contexto social no qual está inserido. Nesse cenário, é evidente como, nos últimos anos, tem-se discutido a importância das práticas informacionais para a formação humana e seus impactos nos processos de formulação, busca e acesso a novos conhecimentos.

Os estudos voltados aos usuários da Ciência da Informação (CI), baseados no paradigma cognitivo, desde a década de 1970, buscam compreender a interação dos indivíduos com a informação, e como ela pode afetar o estado de conhecimento de cada indivíduo (BERTI; ARAUJO, 2017).

Para Choo (2003, p. 99), “a busca da informação é o processo humano e social por meio do qual a informação se torna útil para um indivíduo ou grupo”, assim, o autor considera que o uso da informação é uma conceituação difícil e menciona que “a busca de informação ocorre em três estágios: o reconhecimento das necessidades de informação, que leva à busca e depois ao uso da informação” (CHOO, 2003, p. 99).

Ao conceituar as práticas informacionais, Savolainen (2008) destaca que podem ser vistas como ferramentas utilizadas para promover seus projetos cotidianos, e ainda define as práticas informacionais como uma forma de explorar as práticas de busca de informações e de observar como os participantes dessas buscas utilizam-nas para resolver problemas específicos.

Ao abordar as práticas informacionais na direção de novas propostas teórico-metodológicas no campo da formação humana, ressalta-se que a discussão acerca do conceito de práticas informacionais tem uma maior evidência no final dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000. Brasileiro (2017) enfatiza que as práticas informacionais colaborativas influenciam sobre os processos informacionais que envolvam a tomada de decisão.

Na perspectiva de Savolainen (2007), os conceitos de práticas informacionais e comportamento informacional seriam representados como conceitos “guarda-chuva”, indicando atividades realizadas pelos usuários ao lidar com a informação.

Diante do exposto, ao relacionar as práticas informacionais com a comunidade de agentes envolvidos com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – que é um programa proposto como meio para auxiliar na assistência

financeira escolar, de forma complementar, com o objetivo de contribuir para a melhoria da estrutura física e pedagógica das instituições de ensino –, destaca-se que o processo de gestão descentralizada depende do ambiente em que está inserido, da metodologia e didática utilizadas, assim como do comprometimento de adaptação e melhoria das práticas desenvolvidas por seus agentes em sua rotina de trabalho e em seus projetos cotidianos. (BRASIL, 2021).

Corroborando com o exposto, Marteleto (1995) considera ser toda prática social uma prática informacional. Esse aspecto pode ser referente ao uso das práticas informacionais e de seus “mecanismos, mediante os quais os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização” (MARTELETO, 1995, p. 92-93).

A partir dessa percepção, é imprescindível observar como o processo informacional e a era da informação viabilizam e trazem à tona discussões acerca de práticas pedagógicas e sua adaptação à utilização de diferentes tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, considerando que se faz necessária a contextualização acerca das práticas informacionais e de sua discussão no âmbito das metodologias inovadoras.

Nesse contexto, em 2018, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi credenciada como Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE), fazendo, assim, parte desse projeto, coordenando o CECAMPE Nordeste, no sentido de formar a consciência, divulgar, treinar, orientar e construir uma formação sobre as atividades do PDDE na região Nordeste. A UFPB responsabilizou-se por assumir esse papel junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), contribuindo para o monitoramento, fortalecimento e qualidade do programa. Dessa maneira, a presente pesquisa versa sobre as práticas informacionais relacionadas a um fenômeno político pedagógico, no intuito de compreender as práticas realizadas pelo CECAMPE Nordeste, como fonte de apoio a políticas públicas na educação, no âmbito do PDDE.

Esta pesquisa traz a seguinte questão norteadora: as práticas informacionais desempenhadas pelo Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do Nordeste atendem às expectativas do Programa Dinheiro Direto na Escola e de seus participantes?

A motivação pela escolha do tema está relacionada ao interesse em colaborar, junto à Ciência da Informação, com o fortalecimento e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à educação, que é um tema ainda sensível no Brasil.

Logo, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar a apropriação das informações a partir das práticas informacionais utilizadas pelo CECAMPE Nordeste acerca do Programa Dinheiro Direto na Escola. Para atingir o objetivo desse estudo, a pesquisa conta com os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar as práticas informacionais realizadas pelo CECAMPE Nordeste, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola;
- b) Mapear o perfil dos participantes dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola;
- c) Analisar a apropriação das informações pelos participantes dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste, a partir da estratificação de dúvidas delimitadas pela amostra da pesquisa.

A realização do estudo levanta hipótese: as informações compartilhadas pelo CECAMPE Nordeste, relacionadas à formação e capacitação coletiva dos agentes envolvidos no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola, são percebidas de diferentes formas pelos participantes dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste. É de suma importância que as práticas informacionais estejam alinhadas aos objetivos, às finalidades e às expectativas do PDDE e de seus participantes, pois podem impactar no aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações, na eficácia, na eficiência, na efetividade e na sustentabilidade dessas políticas públicas.

A investigação sustenta-se no aporte teórico dos seguintes autores: Ferreira (1995); McKenzie (2003); Savolainen (2007); Rua (2010); Berti (2017); Brasileiro (2017) e Araújo C. (2020). Vale ressaltar que o acesso aos dados publicados pelos pesquisadores mencionados servirá para uma contextualização acerca das práticas informacionais, trazendo conceitos e esclarecimentos sobre esse tema, além de viabilizar aspectos relacionados às políticas públicas na educação e à gestão descentralizada no ensino público, nos quais são temas relevantes para o campo da educação brasileira.

Para o alcance da explanação dos aspectos citados, o trabalho encontra-se estruturado em sete seções, incluindo esta introdução. Nelas são elencados a hipótese, a questão norteadora da pesquisa e os seus objetivos. A segunda seção

trata sobre Políticas Públicas na Educação Básica, trazendo conceitos e esclarecimentos sobre o programa abordado na temática da pesquisa, o Programa Dinheiro Direto na Escola, e sobre gestão democrática no ensino público e sua importância na qualidade da educação. A terceira aborda o Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais, enquanto que a quarta contempla as Práticas Informacionais. A quinta seção mostra a Metodologia empregada neste trabalho, a sexta seção traz a Apresentação e a Análise dos Dados e, por fim, a sétima, as Conclusões.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

As políticas públicas na educação básica versam sobre programas ou ações organizadas pelo governo, auxiliando na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, onde “um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos” (SMARJASSI; ARZANI, 2021, p. 1)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei 9.394/96 pode ser considerada a mais importante política pública regulatória do setor educacional, possuindo “a função de regulamentar os diferentes setores, consubstanciando-se na forma de leis e decretos” (NICÉSIO; ALMEIDA; CONCEIÇÃO, 2015, p. 52).

Para Silva (2019), as políticas públicas democráticas influenciam na elaboração de políticas sociais:

A viabilização de políticas públicas democráticas - elaboradas por meio de uma ampla discussão com a sociedade civil - evidencia a possibilidade de uma construção coletiva de determinada sociedade, sendo todos os participantes sujeitos integrantes do processo de discussão e de elaboração das políticas sociais. (SILVA, 2019, p. 47).

Rua (2010) enfatiza a avaliação de políticas públicas, programas e projetos governamentais por terem finalidades precisas como *accountability*, tais como: desenvolvimento e melhoria estratégias de intervenção na realidade, a disponibilização aos gestores de políticas, programas e projetos, o empoderamento, a promoção social e o desenvolvimento institucional.

Diante do exposto, ainda há o FNDE como base primordial, no contexto da educação descentralizada, para estados e municípios, atuando, na maior parte dos recursos federais, com a finalidade de obter recursos e focá-los nos projetos de ensino e pesquisa, além de ser responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

2.1 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

O FNDE é uma autarquia federal vinculada ao MEC e é responsável pela execução de suas políticas educacionais, bem como pela maioria das ações e

programas da Educação Básica como a alimentação e o transporte escolar, o que a faz torna uma instituição de referência na educação brasileira (FNDE, 2017).

Considerado o maior parceiro dos 26 Estados, dos 5.565 Municípios e do Distrito Federal, o FNDE busca alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos, em especial na educação básica da rede pública e cujos repasses de dinheiro são divididos em constitucionais, automáticos e voluntários (FNDE, 2022).

Ao analisar as políticas públicas nacionais relacionadas à educação básica pública, o PDDE, junto a suas ações integradas, destaca-se por contribuir para a melhoria da infraestrutura escolar e pedagógica, fortalecendo a gestão democrática na tomada de decisões, contando com a participação de gestores e da comunidade escolar. Ademais, diante desse contexto, para manter a qualidade necessária ao bom desempenho de uma política pública, é indispensável o acompanhamento e monitoramento dos gastos em programas governamentais. Nesse aspecto, o FNDE contribui, de forma efetiva, para o fortalecimento desses programas.

2.1.1 Programa Dinheiro Direto na Escola

O Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) foi criado em 1995, sendo alterado em 1998 para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), por meio da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, que “[...] dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências” (BRASIL, 1998, *online*).

O programa financiava ações específicas do ensino fundamental até o ano de 2008. Em 2009, teve sua ampliação para toda a educação básica, por meio da Lei nº 11.497, de 16 de junho de 2009. A partir de 2012, passou a financiar os polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com investimentos em formação inicial e continuada para profissionais da educação básica, por meio da Lei nº 12.695/2012 (BRASIL, 2012, *online*).

O PDDE é um programa do MEC de descentralização de recurso financeiro federal voltado para o atendimento do ensino fundamental regular cuja finalidade prestar assistência financeira às escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica (BRASIL, 2021).

De acordo com a Resolução 15/2021 do MEC:

Art. 2º: O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, as escolas públicas estaduais, municipais e distritais de educação básica, as escolas de educação especial qualificada como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social (BRASIL, 2021, p. 62).

Silva (2005) traz contribuições quanto à finalidade da origem do PDDE:

Cabe destacar que a origem do PDDE tem uma finalidade de democratização e descentralização da gestão escolar, bem como favorecer a participação de toda comunidade nas decisões escolares, no entanto, esses princípios são na perspectiva da gestão gerencialista, a qual objetiva minimizar os recursos e fazer com que a comunidade escolar e local tenha responsabilidades financeiras na melhoria da educação (SILVA, 2005, p. 70).

A Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021, do MEC, abrange também as Ações Integradas ao PDDE, “[...] que são programas geridos pelas Secretarias do Ministério da Educação – MEC, com finalidades específicas, precedidas de normativos específicos que definirão suas diretrizes e seus beneficiários” (BRASIL, 2021, p. 4-5).

O PDDE Tem como participantes:

- I. FNDE: autarquia federal responsável pela execução de políticas educacionais do MEC, com o objetivo de alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos;
- II. Entidade Executora (EEx): prefeituras municipais e secretarias estaduais e distrital de educação que representam unidades escolares públicas com até 50 (cinquenta) estudantes matriculados;
- III. Unidade Executora Própria (UEEx): organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de representar uma unidade escolar pública ou um consórcio de unidades escolares públicas, integrada por membros da comunidade escolar e comumente denominadas de caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras denominações;
- IV. Entidade Mantenedora (EM): organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, representativa das escolas privadas de educação especial. (BRASIL, 2021, p. 4-5)

Quanto à fiscalização do PDDE e Ações Integradas, o monitoramento do programa e a assistência técnica serão realizadas pelo FNDE “em parceria com instituições de ensino superior, unidades acadêmicas e Centros Colaboradores, objetivando apoiar em ações estruturantes para o gerenciamento do PDDE junto às EEx, UEx, EM” (BRASIL, 2021, p. 62).

Para os autores Peroni e Adrião (2007), é fundamental o monitoramento do PDDE efetuado pelo FNDE, para avaliar a efetividade da política pública do governo federal, pois visa aperfeiçoar o uso de recursos, como também ser um dos indicadores para a melhoria da qualidade da gestão escolar (PERONI; ADRIÃO, 2007).

Segundo Rua (2010):

O monitoramento é utilizado para (a) identificar falhas no desenho da política, programa ou projeto e/ou no seu Plano de Ação ou Execução, resultantes ou de erros de formulação ou de mudanças imprevistas da realidade; (b) estabelecer se a política, programa ou projeto está sendo implementada conforme o planejado; (c) examinar continuamente os pressupostos da política, programa ou projeto, a fim de identificar os riscos de não serem realizados os objetivos; (d) identificar problemas recorrentes que precisam ser solucionados e prever suas consequências sobre a consecução dos objetivos; (e) recomendar mudanças no Plano de Ação ou de Execução. Os resultados do monitoramento são utilizados para aperfeiçoamento do trabalho de equipe e para a tomada de decisões e ele deve gerar aprendizagem organizacional (RUA, 2010, p. 6).

Assim, o monitoramento do PDDE, efetivado pelo FNDE, envolve processos que auxiliam a avaliação de aplicação de recursos nas escolas de educação básica atendidas pelo programa, sendo primordial o gerenciamento dos processos de gestão para subsidiar ações que possibilitem um “melhor gerenciamento dos recursos disponíveis, correção de desvios, solução de problemas, reformulação de práticas, redefinição de estratégias de atuação, entre outros.” (FNDE, 2020, 4-5).

O Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada (IDEGES) do PDDE serve “para fins de monitoramento, avaliação, controle social e para orientar a adoção de estratégias de incentivo à melhoria da gestão do programa nas escolas, municípios e estados”, o que permitirá mensurar o desempenho da gestão descentralizada do PDDE em todo o território nacional (BRASIL, 2021, p.26).

Para Araújo, Guerra e Nascimento (2022), definir os processos de gestão para o PDDE acaba sendo fundamental face à política pública e à necessidade de os órgãos federais de controle seguirem a sua execução e, com isso, evitar futuros

problemas no uso dos recursos. Esse é considerado um dos desafios do monitoramento de políticas públicas, em especial, das políticas que focam na participação social na gestão de recursos públicos.

De acordo com estudos de Mafassoli (2015), um dos objetivos do PDDE abrange a descentralização de recursos e a possibilidade de a comunidade escolar promover ações para a melhoria da infraestrutura física, pedagógica, tecnológica e na autogestão da escola e em seus índices de desempenho. Nesse contexto, fica evidenciado que o PDDE é um programa essencial para manter a descentralização e qualidade na educação do ensino público da educação básica no Brasil.

2.1.2 Gestão democrática no ensino público

Considerado um tema relevante para o campo da educação brasileira, a gestão democrática no ensino público foi anunciada na Constituição de 1988, especificamente em seu art. 206, em que se diz que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, entre os quais, o “VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988). Essa gestão foi legitimada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e reiterada pelos Planos Nacionais de Educação (PNE) de 2001 e 2014 (BRASIL, 1996, 2001, 2014).

Consolidada na Constituição Federal de 1988, foi a partir da descentralização política e financeira que surgiu a democratização no interior das escolas, com eleições diretas para diretores e a criação de Conselhos Escolares, como parte do processo democrático e a criação da responsabilidade na aplicação e controle dos recursos financeiros descentralizados, como parte integrante do Estado (MAFASSIOLI, 2015).

Para que a gestão democrática fundamente-se, é necessária uma série de exposições na escola. Uma delas é que exista a participação de todos os envolvidos – do conselho de escola, de classe, associação de pais e mestres, sempre pautada por ações que não sejam incompatíveis. De acordo com Mota *et al.* (2021, p. 3):

[...] apesar de algumas ressalvas, a escola vem vivenciando princípios da descentralização do poder, da participação e da autonomia. Para que a participação realmente aconteça de forma efetiva, é necessário que a equipe diretiva seja formada por pessoas que tenham conhecimento prático e teórico possibilitando uma visão diferenciada com atitudes que norteiam os princípios da gestão democrática.

A autonomia é um conceito que também envolve a gestão democrática, dando logo a ideia de livre escolha, porém com responsabilidades alheias, com tomadas de decisões coletivas. Conforme expressa Barroso (2000):

A autonomia é também um conceito que exprime sempre certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autônomos, podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis [...] (BARROSO, 2000, p. 16-17).

Logo, a ideia de gestão democrática está ligada à qualidade da educação, pois, ao idealizar uma escola de qualidade, baseia-se em uma escola que seja boa para todos, a ponto de compreender como a participação de todos da comunidade escolar nas atividades e decisões influenciam em seu desempenho, promovendo o encontro das pessoas, o diálogo e ideias em busca da solução de conflitos. Para os autores Oliveira, Moraes e Dourado (2008):

Numa escola pautada em uma gestão democrática a forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo, processo que é mudança contínua e continuada, mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2008, p. 3).

Silva (2005), ao afirmar que a descentralização financeira, a participação da comunidade nas decisões e a autonomia na escola permitem condições favoráveis às unidades escolares para desenvolver com propriedade seus projetos e atividades, explica que a escola precisa manter relações de abertura e diálogo com a comunidade local, integrando todos ao processo pedagógico, administrativo e financeiro, ficando o gestor no papel de agente articulador da participação e da descentralização financeira no âmbito das decisões escolares.

Assim, pode-se dizer que a gestão democrática tem princípios, sendo um deles a transparência; outro princípio relevante é o respeito à diversidade, pois o respeito entre os gestores deve estar baseado em um mesmo objetivo: trazer melhorias para a educação, tendo muito a contribuir para a execução do PDDE nas escolas.

3 CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE) estão vinculados às universidades parceiras do FNDE, as quais realizam atividades de assistência técnica e monitoramento, com a finalidade de apoiar estados, municípios e escolas, de forma a aprimorarem a execução e o desempenho do PDDE e suas Ações Integradas, do Programa Caminho da Escola e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) (FNDE, 2020).

O monitoramento é a análise contínua “dos insumos, atividades, processos, produtos (preliminares, intermediários e finais) de uma intervenção, com a finalidade de aperfeiçoar a sua gestão”, obtendo, assim, mais eficiência, eficácia e efetividade da gestão (RUA, 2010, p.24).

Os CECAMPEs foram selecionados por meio de um processo público de habilitação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), conduzido pela Comissão Especial de Habilitação, instituído pela Portaria FNDE nº 230, de 29 de abril de 2019 (FNDE, 2019).

O guia de atuação CECAMPE (FNDE, 2020) mostra a importância do monitoramento no que diz respeito à avaliação de problemas, obstáculos e ocorrências que venham a comprometer os resultados almejados com a implementação do PDDE nas escolas e conclui que:

[...] o conhecimento das falhas, fragilidades, desvios, fracassos e sucessos que ocorrem na implementação mostra-se indispensável para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e aperfeiçoar a aplicação dos recursos, contribuindo para que geremos resultados esperados (FNDE, 2020, p. 8).

A presente pesquisa tem como base o estudo focado no CECAMPE Nordeste, relevando, assim, a valorização do trabalho executado pela Universidade Federal da Paraíba.

3.1 CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO NORDESTE

O CECAMPE Nordeste compreende ao todo 9 (nove) Estados da região Nordeste – os 1.794 municípios – e está organizado em 30 (trinta) polos, atingindo mais de 50 (cinquenta) mil unidades educativas. O projeto caracteriza-se como um projeto integrado de pesquisa e extensão, organizado em 8 (oito) produtos finais, que se desdobram em 32 (trinta e dois) subprodutos, da seguinte forma: 10 (dez) do eixo Assistência Técnica; 12 (doze) do Eixo Monitoramento; e 10 (dez) do Eixo Avaliação, além dos aspectos relativos ao planejamento e à gestão (OLIVEIRA, 2022).

Conforme já visto, o CECAMPE Nordeste é um centro de assistência técnica, monitoramento e avaliação dos recursos financeiros do PDDE, com a finalidade de fortalecer o PDDE na Região Nordeste, bem como a estratégia para a gestão democrática e para a qualidade da educação. Assim, para a sua realização, foi composta uma equipe central de docentes e pesquisadores, com atuação no Centro de Educação (CE), no Centro de Ciências Humanas (CCHLA), Letras e Artes e no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da UFPB (OLIVEIRA, 2022).

A UFPB foi a única Universidade do Nordeste a ser credenciada pelo FNDE como centro colaborador (OLIVEIRA, 2022) por meio do Edital de Convocação de IFES/2018, publicado no D.O.U de 03/10/2018, Seção 3, página 49. Formalmente, trata-se de um Termo de Execução Descentralizada (TED), entre o FNDE e a UFPB, que será executado, de forma direta, pela UFPB, com início em outubro de 2020 e conclusão prevista para dezembro de 2022, em que os dois últimos meses (novembro e dezembro de 2022) estarão dedicados à sistematização e produção dos relatórios finais (OLIVEIRA, 2022).

Os objetivos do projeto são:

1. Formação de gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada dos programas/ações, capacitando-os quanto aos aspectos conceituais, normativos e operacionais necessários à execução e acompanhamento dessas políticas.
2. Assessoria técnica a entes federados e entidades envolvidas com a gestão descentralizada dos programas/ações, especialmente quanto aos processos de adesão, execução e prestação de contas, contribuindo para solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas.
3. Realização de levantamentos de dados, pesquisas, estudos e demais análises para monitoramento e avaliação, a fim de subsidiar a tomada de decisão para melhoria no desempenho dos programas/ações.
4. Desenvolvimento e aplicação de modelos, métodos, técnicas, produção de material instrucional (cartilhas, manuais, folders, etc.) e tecnologias que contribuam para aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações,

contribuindo para elevar eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade dessas políticas.

5. Elaboração e implementação de projetos de intervenção para melhoria nos programas/ações, solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas.

6. Suporte técnico ao FNDE (CECAMPE NORDESTE, 2020, p. 4).

Toda a soma dessas experiências e conhecimentos gerados permitirá compreender e intervir no PDDE de forma ampla, complexa e inter/multidisciplinar, buscando identificar seu alcance e seus significados, mapeando os pontos fortes e fragilidades, pontuando e apontando formas de solução de problemas (CECAMPE NORDESTE, 2022, *online*).

Esse projeto faz cumprir a função social da universidade em apoiar a qualidade da educação básica, considerando os preceitos éticos-políticos, pedagógicos e legais previstos tanto na Constituição Federal (CF), como no art. 3º da LDB e no item 6 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB, 2021 – 2023 (BRASIL, 2020).

Caracterizando, assim, o CECAMPE Nordeste como um projeto relevante para a UFPB, pois seu alcance territorial permitirá ampla contribuição à educação básica pública e privada de toda a região Nordeste.

4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

As discussões que envolvem as práticas informacionais, nos últimos anos, têm-se destacado tanto na área acadêmica quanto no âmbito científico – ressalte-se que esses aspectos estão relacionados a outros pressupostos, a exemplo da disseminação, uso e apropriação da informação. No que concerne à informação:

Estudar a informação era compreender e mapear a produção, circulação e uso da informação científica e tecnológica para se pensar em instrumentos de seu processamento para garantir maior rapidez, menor custo, maior exatidão em sua transferência dentro da comunidade científica e desta para os setores estratégicos do ambiente governamental (ARAÚJO C., 2020, p. 34).

Para Marteleto e Nascimento (2004), não há dúvidas de que os processos de produção, transferência e uso das informações são sociais, já que eles acontecem entre a sociedade e suas relações sociais.

Inicialmente, as investigações no campo da Ciência da Informação eram voltadas aos usuários e suas necessidades e foram nomeadas: estudos de comunidades, estudos dos usos de informação, comportamento informacional e, em seguida, práticas informacionais (FERREIRA, 1995).

Conforme Savolainen (2007), o conceito de práticas informacionais muitas vezes é utilizado sem a devida reflexão. Assim, enfatiza que:

Do ponto de vista das “práxis da informação”, há um pressuposto de que toda ação prática relacionada à produção, ao armazenamento, à manipulação, à busca, à transferência, à avaliação e ao uso da informação tem lugar dentro de um contexto social que ocupa o espaço de um relacionamento ainda não especificado com esta ação prática (SAVOLAINEN, 2007, p. 124).

Conforme a teoria da prática informacional, a busca por informação não é causada por falta de conhecimento, mas por algum acúmulo de conhecimento em um determinado domínio (TALJA; NYCE, 2015). Podendo concluir que:

O foco nas práticas significa que as categorias analíticas como sense making, significados, entendimento, interpretação ou experiência não são colocadas em primeiro plano. Também a teoria da prática não se ocupa analiticamente de regras sociais, normas ou convenções. A teoria da prática se ocupa com as interconexões entre as condições materiais e recursos para as atividades, pessoas em ação e ambientes das atividades (TALJA; NYCE, 2015, p. 65).

Savolainen (2008) define práticas informacionais como um conjunto de maneiras social e culturalmente constituídas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis em diversas fontes, como: televisão, jornais e internet.

Assim como enfatizam Berti e Araújo (2017), “as práticas informacionais representam a busca por informação pautada na relação informacional influenciada pelas interações sociais”, ou seja, os autores acreditam que é possível compreender os usuários e a informação em espaços diferentes, independentes, porém recíprocos (BERTI; ARAÚJO C., 2017, p. 395).

Por sua vez, Talja (1996) e McKenzie (2003), em seus estudos, constataram que os modelos de comportamento não correspondiam a situações do cotidiano em que as necessidades não eram explícitas, assim, a busca pela informação estaria relacionada ao contexto social e cultural.

Cox (2012, p. 99) enfatiza que a definição de práticas informacionais é equivocada, adotando a expressão “[...] informação em práticas sociais [...]” (*information in social practice*) para se referir à apropriação da família de teorias da prática pelo campo de estudos de usuários.

Corroborando com o exposto, Wenger (1998, p. 101) diz que “[...] as práticas estão enraizadas em contextos sócio-históricos, o que lhes atribui sentido; assim os praticantes compartilham o campo em que a prática acontece”.

Contemplando a abordagem pelo conceito de práticas, Araújo C. (2012) enfatiza que há uma aproximação entre o que é propriamente humano nos usuários da informação, que seria a capacidade imaginativa, criadora, na apropriação da informação e a dimensão coletiva do seu “existir”, que se expressam nos seus atos ligados à informação.

Ainda no que se refere ao estudo de usos e usuários, Araújo C (2020) faz uma crítica aos modelos quantitativos:

A maior parte dos estudos realizados na abordagem de estudos de usos e usuários utiliza como técnica de coleta de dados o questionário, normalmente composto por perguntas com o objetivo de quantificar hábitos de comportamento de busca e uso da informação e verificar frequências de acesso e graus de satisfação (ARAÚJO C., 2020, p. 41).

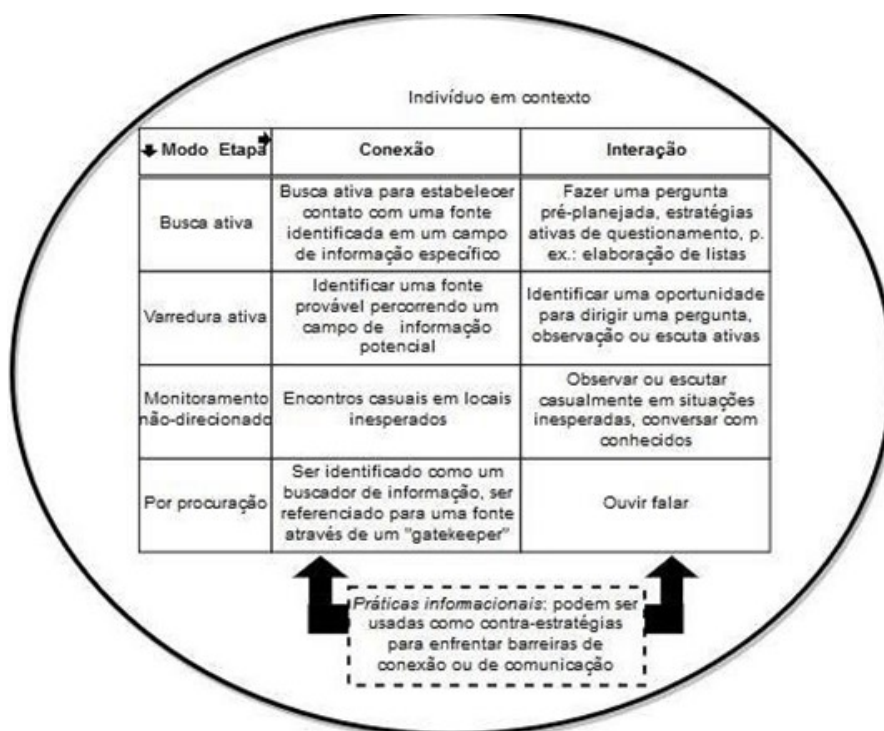
Ainda que os estudos dos usuários sejam criticados pelo autor Araújo C. (2020) por usarem técnicas estatísticas e questionários, a presente pesquisa,

embora alinhada à coleta de dados quantitativos, avança nesse entendimento, pois não só estratifica e coleta os dados, mas os relaciona ao contexto do programa.

Um dos destaques entre os estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre as “práticas informacionais” é o trabalho de McKenzie (2003), que aborda uma proposta em que o termo “práticas informacionais” seria mais adequado do que “comportamento informacional”, precisamente para desempenhar a dimensão não-diretiva, ou seja, espontânea, casual, das ações dos indivíduos com relação à informação.

A autora supracitada analisou como situações inesperadas “convidam” os sujeitos a reinterpretar sua situação concreta, sua experiência, seus desejos e suas expectativas e, a partir daí, construiu um modelo bidimensional, apontando quatro fases: a busca ativa por informação, a varredura ativa, o monitoramento não dirigido, e a busca “por procuração”, ou seja, intermediada por outros sujeitos (Figura 1).

Figura 1 – Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais



Fonte: Traduzido de Rocha, Duarte e Paula (2017), adaptado de McKenzie (2003)

Com base nesse estudo desenvolvido por McKenzie (2003), Brasileiro (2017) concluiu que o que determina a ocorrência e movimentação de quaisquer modos de práticas informacionais, no processo de conexão e/ou interação com fontes de

informação, são o caráter da situação específica e o contexto vivenciado, os quais podem facilitar ou dificultar a conexão.

Conforme aponta Araújo E. (1999, p. 155), as práticas informacionais advêm de atos comunicacionais praticados pelos sujeitos e que, por isso, podem ser definidas como "[...] ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem em circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais".

Em estudos sobre as práticas informacionais, Araújo C. (2017) explana que:

Estudar as práticas informacionais constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa (ARAÚJO C., 2017, p. 221).

Diante do exposto, pode-se entender que as práticas informacionais seriam movimentos dispostos a perceber as disposições sociais dentro de um contexto a fim de entender os significados da informação nele contida.

4.1 PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Buscando suprir a necessidade de acompanhar o desenvolvimento informacional vivido pela sociedade e introduzi-lo no cumprimento de suas tarefas e rotinas, a gestão pública tem, cada vez mais, investido em tecnologias de informação e comunicação e em práticas informacionais, objetivando melhorar a troca de informações entre órgãos públicos, assim como ampliar a prestação de serviços ao cidadão, facilitando a conexão entre sociedade e governo.

Essa prática da gestão pública expandiu-se ainda mais quando, em 2020, a sociedade vivenciou o inesperado: pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Naquele momento, por questões de recomendações sanitárias, foi necessária a existência de políticas públicas que promovessem o isolamento social por meio de decretos restritivos para controle da disseminação do vírus.

Portanto, de acordo com Sousa e Cavalcante (2020), com essa situação de emergência e crise diante dos riscos ocasionados pela pandemia da COVID-19, passou a haver questões relativas à produção, à prática, à análise, ao compartilhamento, à divulgação e à disseminação de diferentes tipos de informação, gerando vários efeitos no comportamento e nas práticas informacionais dos sujeitos.

Com a pandemia, veio o isolamento social, o trabalho em casa, as aulas *online*: um mundo incorporado e intensificado ao cotidiano da realidade antes do vírus. Intensificaram-se novas formas de contato social conforme Sousa e Cavalcante (2020), nesse período, “entidades governamentais atuaram na produção de mecanismos de acesso à informação, tais como: elaboração de guias, cartilhas, manuais, *e-books*, portfólios, além de sistemas e aplicativos de monitoramento e avaliação”. Todo esse contexto intensificou ainda mais o uso das plataformas digitais como meios para treinamentos, orientações, e cursos no formato *online*. (SOUSA; CAVALCANTE, 2020, p. 2018).

Convém destacar que a interação do usuário com a informação baseia-se em um contexto social e histórico, em que as “[...] práticas informacionais representam a busca por informação pautada na relação informacional influenciada pelas interações sociais” (BERTI; ARAÚJO C., 2017, p. 395).

O PDDE, como meio de disseminação de informações aos usuários do programa, utilizou-se de práticas informacionais por meio das plataformas digitais, como o Webinar – que é um estilo de seminário *online* em vídeo, gravado ou ao vivo, permitindo a interação via *chat*. Este se tornou essencial para passar a informação a milhares de usuários, sendo uma forma de contribuição necessária. A plataforma utilizada, nesse caso, foi o *YouTube* e, após a finalização dos eventos, os vídeos continuam disponíveis para posteriores visualizações. Passada a fase da pandemia, em agosto de 2022, iniciaram-se os encontros presenciais nas devidas cidades, onde os CECAMPEs continuam contribuindo com o monitoramento do programa e também realizando Webinários.

4.2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DO CECAMPE NORDESTE

As práticas informacionais são importantes no contexto do CECAMPE para a formação de gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada dos programas/ações, podendo, assim, contribuir como apoio ao

monitoramento, à gestão de programas educacionais e à avaliação dos recursos financeiros do PDDE.

Para a coordenação do CECAMPE Nordeste e diretoria do Centro de Educação da UFPB, “o Webinar é uma ferramenta de formação, atualização, aprofundamento, intercâmbio e experiência, que beneficia cursistas e entidades parceiras, incluindo a universidade e as escolas” (OLIVEIRA, 2022, *online*).

De acordo com a coordenação do CECAMPE, “esse evento se constituiu numa oportunidade de diálogo sobre os aspectos normativo-legais, conceituais e operacionais do PDDE e suas ações integradas, e sobre a gestão do Programa em Estados, Municípios e escolas da região” (BASTOS, 2022, *online*).

Silva (2022) aborda, em seus estudos, que há novas perspectivas na formação e monitoramento do programa, uma vez que os materiais didáticos dos cursos e materiais complementares irão sistematizar boas práticas de informação.

A referida autora destaca que a equipe de formação e monitoramento do programa conta com professores pesquisadores que fazem o planejamento e coordenação do processo de desenvolvimento dos materiais didáticos; com professores autores, que são os pesquisadores e trabalham na produção dos conteúdos a serem apresentados nos materiais em formato textual, audiovisual, Webinários e aulas inaugurais; com o design institucional, responsável pela concepção dos materiais didáticos e pela organização dos recursos e atividades no ambiente virtual de aprendizagem (*MoodleClasses*); com o designer gráfico, que é responsável pela diagramação dos materiais didáticos, edição de imagens e vídeos (para *web* e impressos) (SILVA, 2022).

A formação é dividida em dois cursos, sendo um curso a distância com tutoria – com 10.800 cursistas; e outro sem tutoria – com 4.800 cursistas com certificados a alcançar. O público-alvo dos cursos são gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada do PDDE e Ações Integradas, para que possam desempenhar melhor suas atividades nesses espaços e colaborar para o alcance dos objetivos do programa e a melhoria dos índices educacionais nas instituições de ensino público da região nordeste (SILVA, 2022).

Essa mesma autora explica que o curso com tutoria é coordenado por uma equipe que acompanha a formação dos cursistas e gerencia o processo. São dezenove polos para coordenar, em que há professores coordenadores, coordenadores, e treze tutores com formação em educação a distância e em gestão

de políticas públicas. Essa equipe conta com uma metodologia de acompanhamento dos cursistas, que consiste em um instrumento de coleta dos dados dos relatórios para acompanhar seu fluxo. É uma metodologia muito importante, pois o curso conta com apenas oito semanas, e a intenção dos coordenadores é que o cursista permaneça até a certificação.

Podem-se analisar as práticas informacionais a partir do que explica a coordenação do CECAMPE Nordeste. Nelas os materiais didáticos, cadernos de estudos e cadernos de atividades são materiais multimídia e vídeos em formatos educativos com duração de cinco a dez minutos, bem como materiais hipertextuais, multimidiáticos, com links e iconografias, que “buscam um diálogo para além do texto que está na página”. Para sua modelagem, seguiram-se todas as orientações enviadas pela equipe do FNDE – que dá suporte à produção dos materiais e interação com os demais CECAMPEs (SILVA, 2022).

Conforme exposto, o formato audiovisual foi uma solução implementada que não estava prevista no projeto. A necessidade desse formato foi percebida e sentida a partir dos Webinários, ações já previstas, que apresentaram resultados impressionantes. Foram feitos três Webinários com grandes alcances de visualizações, demonstrando que esse poderoso espaço de comunicação aproximava os coordenadores do público-alvo e tinha uma grande aceitação, ficando, assim, decidido incluí-lo nos cursos de tutoria nos momentos de aulas inaugurais (SILVA, 2022).

Silva (2022) considera que as redes sociais têm sido um espaço de formação mais utilizado durante todo o projeto, devido ao fato de a interação ser muito mais fácil e intensa. Ela cita o *Instagram*, o canal do *YouTube* e o *Site* do CECAMPE Nordeste, e enfatiza que estes são riquíssimos em conhecimento nos três eixos: monitoramento, assistência técnica e avaliação.

Diante do exposto, entende-se que os participantes que realizam a inscrição assistem aos vídeos do Webinário e preenchem a lista de presença, gerando um certificado, mas é preciso avaliar o evento após a sua realização.

Assim, ao final do Webinário, os usuários respondem a um questionário padrão, o qual será analisado nos resultados desta pesquisa como forma a corroborar para a melhoria do apoio ao monitoramento do PDDE pelo CECAMPE Nordeste.

Após agosto de 2022, os encontros e treinamentos oferecidos pelo CECAMPE Nordeste passaram a ser tanto presenciais quanto *online*, e os Webinários continuam sendo utilizados como forma a agregar ainda mais informações aos participantes no âmbito do PDDE.

5 METODOLOGIA

Na perspectiva de Richardson (2017), os aspectos metodológicos são entendidos como o procedimento ou o caminho para alcançar um específico fim ou objetivo, que é o proposto da pesquisa. Assim, o presente estudo corresponde, quanto à sua natureza, à realização de uma pesquisa descritiva com enfoque analítico. O uso desse tipo de método viabiliza promover conhecimentos e exploração do objeto investigado.

De acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010), a pesquisa descritiva:

[...] visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 28).

No que concerne aos objetivos e procedimentos técnicos, tem uma proposta de pesquisa documental que apresenta algumas vantagens, de acordo com Gil (2002, p. 62-63):

A pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa será considerada de natureza quali-quantitativa, pois, segundo Prodanov e Freitas (2013), o tipo de abordagem quantitativa requer o uso e técnicas de estatísticas, traduzindo em números os dados coletados pesquisados, sendo o qualitativo a interpretação e significação desses dados. Na pesquisa, foram avaliados os resultados de questionários respondidos pelos participantes dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste acerca do PDDE, tendo, na análise dos perfis, algumas características quantificadas como idade, escolaridade, tipo de dúvidas, dentre outras, quantificadas.

Nas palavras de Richardson (2017, p. 67):

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir de particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

Vale ressaltar que a equipe de monitoramento do CECAMPE Nordeste tem o objetivo de realizar o levantamento de “dados, pesquisas, estudos e demais análises para monitoramento e avaliação, a fim de subsidiar a tomada de decisão para melhoria no desempenho dos programas/ações” (CECAMPE NORDESTE, 2020, p. 4).

5.1 CAMPO EMPÍRICO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa empírica é aquela em que é necessária a comprovação prática de algo. Para melhor compreensão, tem-se que:

A palavra “empírico” denota evidência sobre o mundo baseada em observação ou experiência. Essa evidência pode ser numérica (quantitativa) ou não-numérica (qualitativa); nenhuma é mais “empírica” que a outra. O que faz uma pesquisa ser empírica é que seja baseada em observações do mundo – em outras palavras, dados, o que é apenas um termo para designar fatos sobre o mundo. (EPSTEIN; KING, 2013, p. 11).

Assim, o campo empírico desta pesquisa é o PDDE, que é um programa federal de transferência de recursos, feito diretamente às instituições de ensino, ofertando a educação básica pública, visando contribuir com a melhoria da infraestrutura das escolas e seus processos pedagógicos (BRASIL, 2021).

A investigação ocorreu a partir dos dados disponíveis pelo CECAMPE Nordeste, que é o Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Nordeste do Brasil, de assistência técnica, monitoramento e avaliação dos recursos financeiros do PDDE, como forma de fortalecimento do Programa Dinheiro Direto na Escola na Região Nordeste como estratégia para a gestão democrática e para a qualidade da educação.

Além da formação aos gestores municipais e estaduais, o CECAMPE Nordeste proporciona a formação dos gestores escolares por entender a importância desses profissionais na gestão pedagógica, administrativa e financeira das

instituições pedagógicas. E, entendendo a importância do trabalho que desenvolvem e a quantidade de funções que desempenham no campo da gestão, faz-se necessário que participem de processos de formação continuada, visando potencializar as suas práticas e qualificar saberes (CECAMPE NORDESTE, 2020).

Assim, os sujeitos da pesquisa são representados pelos gestores, conselheiros, professores, comunidade escolar e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada dos programas/ações, os quais foram investigados a partir dos seguintes Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste:

- a) Webinário PDDE Ações Agregadas no período de agosto de 2021;
- b) I Webinário de formação de gestores de escolas públicas da região Nordeste, período de 01 a 09 de outubro de 2021;
- c) II Webinário de formação de gestores de escolas públicas da região Nordeste, período de novembro de 2021.

5.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi feita a partir dos dados publicados, estruturados, organizados e disponibilizados pelo CECAMPE Nordeste, referentes aos últimos Webinários realizados e disponíveis em *links* (Quadro 1).

Quadro 1 – Base de Dados dos Webinários do CECAMPE Nordeste

DADOS DA PESQUISA		
Painel de Informações		Endereço <i>on-line</i> de acesso aberto
P1	Acompanhamento dos Webinários - Perfil dos participantes do Webinário PDDE Ações Agregadas no período de Agosto de 2021	https://www.cecampe.ufpb.br/paineisdeinformacoes
P2	Estratificação das dúvidas do I Webinário de formação de gestores de escolas públicas da região Nordeste no período de 01 a 09 de Outubro de 2021	https://www.cecampe.ufpb.br/paineisdeinformacoes
P3	Estratificação das dúvidas do II Webinário de formação de gestores de escolas públicas da região Nordeste no período de Novembro de 2021	https://www.cecampe.ufpb.br/paineisdeinformacoes

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

Os dados podem ser acessados a partir dos *links* gerados pela ferramenta *Power Bi*, que é um *software* que permite uma conexão aos seus dados ajudando a obter *insights* mais aprofundados, transformando-os, visualizando-os, e permitindo a disponibilização para outras pessoas aos *dashboards*, painéis e relatórios. (MICROSOFT, 2019).

A ferramenta *Power Bi* também “auxilia na medição de desempenho, dando suporte para o planejamento futuro das estratégias de uma empresa bem como de uma Instituição de Ensino.” (QUINTO, 2020, p.19).

A coleta, análise e exposição dos dados trazem informações relevantes sobre a temática estudada a partir dos eventos realizados e disponíveis nos respectivos painéis e períodos:

- a) **P1 – Acompanhamento dos Webinários – Webinar PDDE Ações Agregadas** no período de agosto de 2021, onde serão analisados os perfis dos participantes;
- b) **P2 – Estratificação das Dúvidas I Webinário de Formação de Gestores de escolas públicas da região Nordeste**, no período de 1º a 9 de outubro de 2021, trazendo a temática “A Gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola na Região Nordeste: qualificando a Educação pública – superando desafios”;
- c) **P3 – Estratificação das Dúvidas II Webinário de Formação de Gestores de escolas públicas da região Nordeste**, no período de novembro de 2021, que traz palestras de diversificados temas referentes ao processo de formação de gestores no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola.

A partir dos Webinários foi analisada a apropriação das informações pelos participantes, de acordo com os Painéis de Informações que contêm seus perfis e a estratificação de dúvidas descritas por eles.

Esse levantamento permite uma apresentação de dados importantes, que demonstrarão como o acesso a um processo de formação de agentes envolvidos com a gestão descentralizada, mesclados a diferentes práticas informacionais, pode impactar no aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações, na eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade dessas políticas públicas. Enfatizar-se-á, assim, a importância de práticas informacionais realizadas pelo CECAMPE Nordeste no âmbito do PDDE.

5.3 TÉCNICAS DA ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados por categorização temática. Para isso, adotou-se a análise descritiva com a utilização da técnica de Nuvem de Palavras como representação das informações obtidas por meio das estratificações das dúvidas dos participantes.

De acordo com McNaught e Lam (2010), nuvem de palavras é uma disposição espacial do texto, em que as palavras mais utilizadas se destacam, ocupando maior projeção no desenho apresentado, permitindo que o pesquisador tenha uma visão geral dos principais temas abordados a partir do texto escolhido, servindo tanto para análise preliminar de conteúdo quanto para validação de descobertas posteriores (MCNAUGHT; LAM, 2010).

As perguntas foram analisadas a partir de uma nuvem de palavras geradas pelo *site Wordclouds*¹, sempre que o quantitativo de dúvidas necessitou dessa técnica de análise.

Todas essas informações abarcaram resultados que ajudaram na conclusão sobre a apropriação das informações pelos participantes dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste no âmbito do PDDE, concluindo se, de fato, as práticas informacionais realizadas no pelo CECAMPE Nordeste estavam alinhadas às expectativas do programa e de seus participantes.

5.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa é representada pelos participantes dos nove (9) Estados da Região Nordeste, e sua amostra é baseada nos dados dos participantes do Estado da Paraíba. Essa escolha deve-se ao fato de ser o Estado da Universidade credenciada como CECAMPE Nordeste, a UFPB.

A representação dos dados analisados na pesquisa quanto à população e à amostra foram:

- a) P1: Baseado na população e na amostra da pesquisa. Foram analisados os dados dos 15.930 participantes do Webinário, dos nove (9) Estados da Região Nordeste e suas 30.466 dúvidas. Comparou-se aos dados da amostra e seus 868 participantes do Estado da Paraíba e suas 1.526 dúvidas.
- b) P2: Baseado nas estratificações das dúvidas da amostra da pesquisa, que contou com 151 dúvidas dos participantes do Estado da Paraíba.

¹<https://www.wordclouds.com/>

- c) P3: Baseado nas estratificações das dúvidas da amostra da pesquisa, que contou com 284 dúvidas dos participantes do Estado da Paraíba.

Vale destacar que cada participante pode apresentar mais de uma dúvida, justificando, assim, o número de dúvidas ser superior à quantidade de participantes.

De posse dessas informações, após organizá-las, foi possível concluir se os participantes dos Webinários apropriaram-se, de fato, das informações oferecidas pelo CECAMPE Nordeste acerca do PDDE e Ações Integradas, deixando o campo aberto para futuras pesquisas que tragam sugestões de melhorias para o monitoramento de políticas públicas na educação, com ênfase nas práticas informacionais utilizadas.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Abordar-se-á, nesta seção, a apresentação e análises sobre as práticas informacionais do CECAMPE Nordeste, os perfis dos participantes dos Webinários apresentados pelo CECAMPE Nordeste e a apropriação das informações pelos participantes no âmbito do PDDE, com base na análise da estratificação das dúvidas dos Webinários realizados.

6.1 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO CECAMPE NORDESTE NO ÂMBITO DO PDDE

Considerando que toda atividade de informação, compartilhamento, uso e apropriação da informação, são atividades organizadas em contexto, ou seja, o conjunto de circunstâncias e o ambiente em que estão inseridos e que a relação entre os participantes dos Webinários e o PDDE foi mediada pelas práticas informacionais realizadas pelo CECAMPE Nordeste, identificaram-se, especificamente, quais foram as práticas informacionais, as atividades de informação, as ações de informação e as materialidades das ações que estavam vinculadas ao CECAMPE Nordeste no âmbito do PDDE (Quadro 2).

Quadro 2 – Atividades de Informação do CECAMPE Nordeste

PRÁTICAS INFORMACIONAIS	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO	AÇÕES DE INFORMAÇÃO	MATERIALIDADES DAS AÇÕES
Práticas de Informação - PDDE	Repositório	Legislação	Documentos do TCU, CGU e TCE sobre o PDDE
		Trabalhos Acadêmicos	Dissertações; Teses; Artigos sobre o PDDE
		Dados Institucionais	Notícias das mídias sobre o PDDE
	Painéis de Informações	Dados Estatísticos	IDEGES PDDE;
			Repasses e Saldos
			Perfil dos Participantes dos Webinários
			Estratificação das dúvidas após Webinários
Práticas de Orientação – PDDE	Cursos	Cursos com Tutoria	Moodle Classes da Universidade Federal da Paraíba
		Cursos Sem Tutoria	
	Vídeos (YouTube)	Aulas inaugurais	Canal CECAMPE Nordeste na plataforma YouTube
		Tutoriais	
		Webinários	
		Seminários	
Práticas de Divulgação – PDDE	Notícias	Anúncios sobre Editais, Cursos, Seminários e Notícias acerca do PDDE.	Banners
	Editais	Editais para Apoio Técnico e Pesquisador	Links de abertura de Editais
	Redes Sociais	Instagram	@CecampeNordeste
		Twitter	@Cecampenordeste
		Facebook	Indisponível
		YouTube	@CecampeNordeste

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

As Práticas Informacionais identificadas no CECAMPE Nordeste (Quadro 2), acerca do PDDE, foram as seguintes: Práticas de Informação, Práticas de Orientação e Práticas de Divulgação. As Práticas de Informação trazem informações relevantes sobre o PDDE e incluíram duas Atividades de Informação: o Repositório e os Painéis de Informações. Tais atividades dão-se por ações que acontecem por meio de sua materialidade. Ou seja, no Repositório consta, por exemplo, a legislação referente ao programa que se materializaram através de documentos do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e Controladoria Geral da União; os trabalhos acadêmicos considerados referência ao programa (artigos, dissertações e teses sobre o PDDE) e os dados institucionais, por meio das notícias das mídias sobre o PDDE. Os Painéis de Informações (Figura 2) contêm os dados

estatísticos sobre o Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IDEGES-PDDE); a análise de repasse e saldos do programa e as informações sobre os perfis dos participantes dos Webinários realizado e dados sobre a estratificação das dúvidas desses Webinários.

Figura 2 – Visão geral dos Painéis de Informações



Fonte: Painéis de Informações do CECAMPE Nordeste² (2022)

Para expor os dados nos painéis de informações, o CECAMPE Nordeste utilizou a ferramenta *Power BI*, por meio do *dashboard*, que é entendido como “um painel de interface gráfica, acessada pela *Web*, que oferece aos usuários visualizações rápida dos principais indicadores relevantes para um objetivo ou processo de negócios específico”; já o *Survey* é definido com “um método de pesquisa social que utiliza técnicas estatísticas, que implica a construção de

²<https://www.cecampe.ufpb.br/paineisdeinformacoes>

questionários on-line e pode ser analisado de forma quantitativa ou qualitativa, a depender do produto em desenvolvimento” (CECAMPE NORDESTE, 2022, *online*).

As Práticas de Orientação que servem como meios de treinamentos contemplaram duas Atividades de Informação: Cursos e Vídeos. Em Cursos, é possível visualizar (Figura3) a divulgação dos cursos de orientação sobre o PDDE e Ações Integradas na Região Nordeste, que têm duração de dois meses e turmas com e sem tutoria, cuja materialização dá-se pela plataforma de estudos *Moodle Classes* da Universidade Federal da Paraíba.

Figura 3 – Cursos do CECAMPE Nordeste



Fonte: Cursos do CECAMPE Nordeste³ (2022)

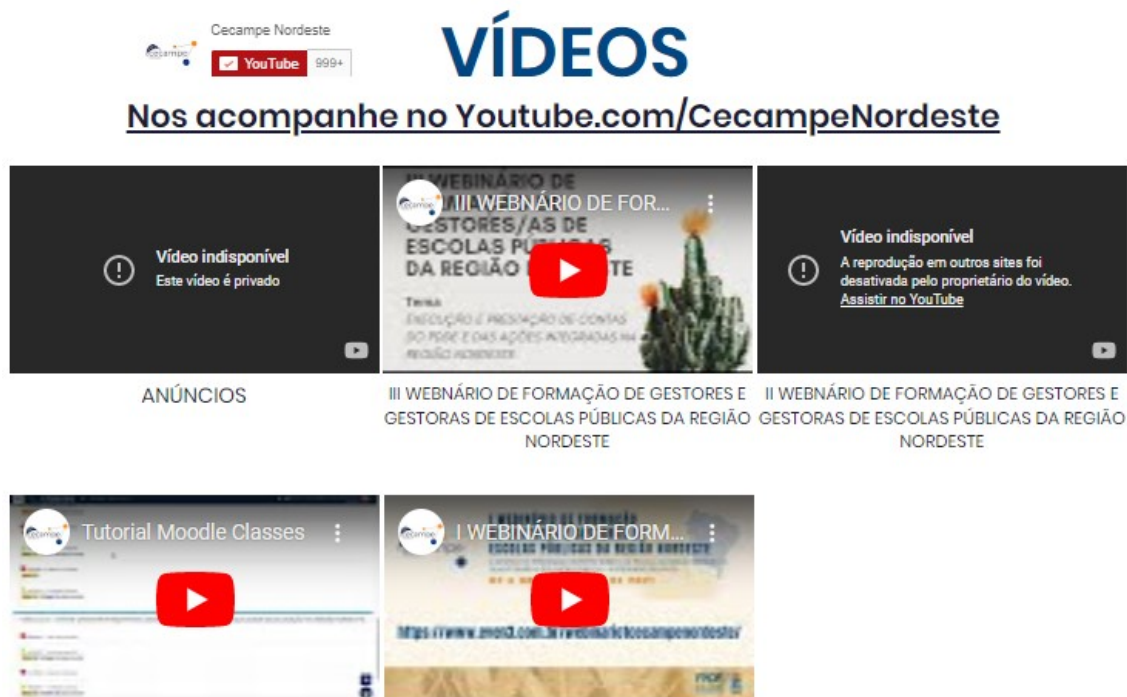
O objetivo da capacitação técnica a distância do CECAMPE Nordeste é:

Promover, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação, o acesso ao conhecimento acerca do PDDE, PDDE Ações Agregadas, PNATE/Caminho da Escola, no tocante à operacionalização, prestação de contas, por parte dos envolvidos da gestão financeiros dos recursos recebidos pelas UEX's e utilização dos recursos, de modo a contribuir com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem (CECAMPE NORDESTE, 2020, p. 16).

Em Vídeos, o CECAMPE Nordeste tem a ação de divulgação dos vídeos publicados com conteúdos de aulas inaugurais, tutoriais, Webinários e seminários sobre o PDDE, materializados pela plataforma “*YouTube*” de seu canal.

³<https://www.cecampe.ufpb.br/cursos>

Figura 4 – Vídeos do CECAMPE Nordeste



Fonte: Vídeos do CECAMPE Nordeste⁴ (2022)

Até a data da conclusão desta pesquisa, 30 de setembro de 2022, constavam alguns dos vídeos no *site* do CECAMPE Nordeste e o *link* do canal no *Youtube*, o qual contava com 8.840 inscritos, totalizando 86.034 visualizações. Os referidos vídeos ficam disponíveis no canal do @cecampenordeste para visualizações posteriores.

As Práticas de Divulgação do CECAMPE Nordeste servem para divulgar editais, seminários, aulas e Webinários sobre o PDDE, por meio das seguintes Atividades de Informação: Notícias, Editais e Redes Sociais. Em Notícias, são divulgados os anúncios sobre os seminários, eventos, Webinários e demais temas importantes para a área do programa materializados a partir dos *banners* (Figura 5).

Figura 5 – Notícias do CECAMPE Nordeste

⁴<https://www.cecampe.ufpb.br/videos>

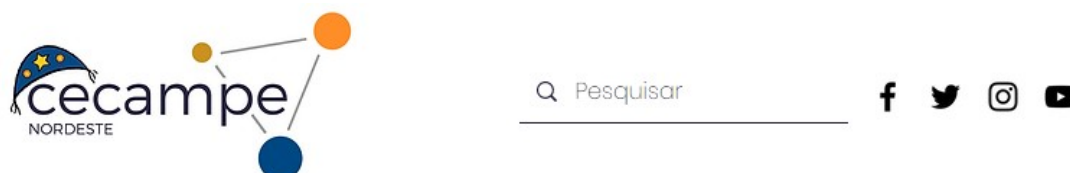


Fonte: Notícias do CECAMPE Nordeste⁵ (2022)

Em Editais, as ações de informação dão-se por divulgação das oportunidades para discentes, pesquisadores e apoio técnico na área do CECAMPE Nordeste. Tais ações materializam-se por editais divulgados e links de inscrições.

Por fim, nas Atividades de Informação de Redes Sociais, é possível acompanhar informações sobre divulgações de eventos, atualizações sobre cursos, seminários e fotos dos encontros. Tudo isso pelas plataformas *Instagram*, *Twitter*, *YouTube* e *Facebook*, conforme gravuras no topo do *site* (Figura 6) e seus respectivos perfis no Quadro 2.

Figura 6 – Redes Sociais no CECAMPE Nordeste



Fonte: Redes Sociais do CECAMPE Nordeste⁶ (2022)

⁵<https://www.cecampe.ufpb.br/noticias>

⁶<https://www.cecampe.ufpb.br/>

A presente pesquisa deu enfoque às Práticas de Informação sobre o PDDE, especificamente às Atividades de Informação dos Painéis de Informações, analisando os dados contidos nos painéis de Perfis dos Participantes dos Webinários e das Estratificações das Dúvidas do I e II Webinários de Formação de Gestores.

6.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS WEBINÁRIOS APRESENTADOS PELO CECAMPE NORDESTE

As análises seguintes foram representadas conforme o Quadro 1 dos seguintes Painéis de Informações:

- a. **P1** - Acompanhamento dos Webinários - Perfil dos participantes do Webinário PDDE Ações Agregadas Período de agosto de 2021;
- b. **P2** - Estratificação das dúvidas do I Webinário de formação de gestores de escolas públicas da região Nordeste no período de 01 a 09 de outubro de 2021;
- c. **P3** - Estratificação das dúvidas do II Webinário de formação de gestores de escolas públicas da região Nordeste no período de novembro de 2021.

De acordo com os dados disponíveis pelo CECAMPE Nordeste, o painel de informações nomeado de Acompanhamento dos Webinários (**P1**), referente ao período de agosto de 2021, contou com 15.930 participantes e 30.466 dúvidas, onde cada participante poderia enviar mais de um questionamento. Eles responderam a um questionário para análise de perfil e de perfil de dúvidas sobre os temas abordados, trazendo os seguintes dados: Perfil dos Participantes no Webinário e Perfil das Dúvidas Informadas. Cada informação pôde ser analisada separadamente por tema, estado, município, escolaridade, faixa etária, função e por tipo de dúvida.

Conforme exposto na metodologia, a população da pesquisa foi composta pelos participantes dos Webinários localizados nos nove (9) estados da região Nordeste, e a amostra foi representada pelos participantes dos Webinários do Estado da Paraíba.

No painel de informações P1, estão os dados gerais dos perfis dos participantes do Webinário da população da pesquisa, como a escolaridade, a função, a faixa etária, o estado, o município. Nele também disponibiliza espaço para que se tirem dúvidas sobre os temas apresentados no Webinário, bem como é

possível analisar as informações por categorias separadamente. Contam ainda nele os dados gerais das dúvidas dos participantes do Webinar P1, a partir dos quais pôde ser detalhada a quantidade de dúvidas por estado, por município e por tipo de dúvida, individualmente.

Segue as análises da população da pesquisa e, posteriormente, a análise da amostra:

Tabela 1 – Faixa Etária dos Participantes do Webinar (P1) – Região Nordeste

Faixa Etária	Qtde de Participantes	% Qtde de Participantes
De 36 a 45 anos	6.255	39,27%
De 46 a 55 anos	5.491	34,47%
De 26 a 35 anos	2.231	14,01%
De 56 a 65 anos	1.455	9,13%
Até 25 anos	340	2,13%
Acima de 65 anos	158	0,99%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

A Tabela 1 trata da quantificação da faixa etária. Tem-se então que a maioria (39,27%) dos participantes possui a faixa etária entre 36 e 45 anos; 34,47% têm idade entre 46 e 55 anos; de 26 a 35 anos, correspondem a 14,01%; enquanto 9,13%, têm de 56 a 65 anos; apenas 158 participantes têm acima de 65 anos de idade, o que corresponde a menos de 1%; e 2,13% dos participantes com até 25 anos de idade.

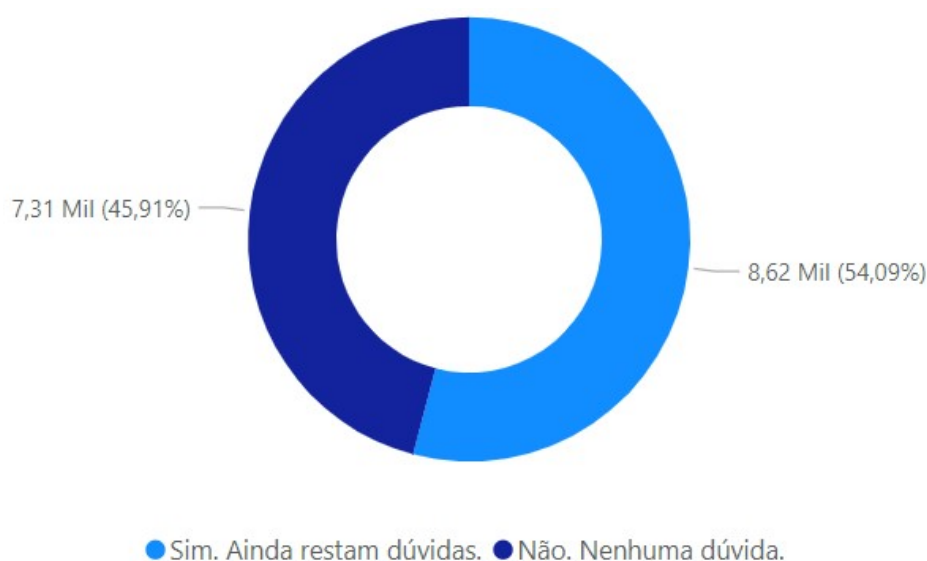
Tabela 2 – Escolaridade dos Participantes do Webinar (P1) – Região Nordeste

Escolaridade	Qtde de Participantes	% Qtde de Participantes
Especialização/MBA	8.970	56,59%
Superior Incompleto/Completo	5.638	35,57%
Mestrado/ Doutorado	689	4,35%
2º Grau Incompleto/Completo	469	2,96%
Até 1º Grau Completo	85	0,54%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

Quanto à escolaridade (Tabela 2), mais da metade (56,59%) dos participantes da região Nordeste possuem especialização como grau de escolaridade; já 35,57% têm o nível superior completo ou incompleto; 4,35% dos participantes possuem mestrado ou doutorado; e a minoria de 0,54% tem até o primeiro grau completo.

Figura 7 – Dúvidas dos Participantes do Webinar (P1) acerca dos Temas Apresentados – Região Nordeste



Fonte: CECAMPE Nordeste (2022)

Quanto às dúvidas dos participantes da região Nordeste acerca dos temas apresentados após o Webinar P1 (Figura 7), 54,09% afirmaram que ainda restaram dúvidas enquanto 45,91% acreditaram que não. A quantidade de dúvidas por estado segue representada na seguinte proporção (Tabela 3):

Tabela 3 – Quantidade de Dúvidas por Estado (P1) – Região Nordeste

Estado	Qtde de Dúvidas	% Qtde de Dúvidas
Bahia	8.611	28,26%
Ceará	4.059	13,32%
Pernambuco	3.748	12,30%
Maranhão	3.712	12,18%
Rio Grande do Norte	3.314	10,88%
Piauí	2.444	8,02%
Alagoas	2.281	7,49%
Paraíba	1.526	5,01%
Sergipe	771	2,53%
Total	30.466	100%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

A população da pesquisa contou com um número de 30.466 dúvidas e sua amostra foi representada por 5,01% das dúvidas dos participantes, com 1.526 questionamentos. A Bahia foi o Estado em que houve mais dúvidas enviadas, tendo 28,26% do total, e Sergipe representou o menor número, com 2,53%.

Ao analisar as funções dos participantes no painel de informações do Webinar P1, foi percebida a falta de padrão, sendo aparentemente descritas manualmente (Figura 8).

Figura 8 – Função dos Participantes do Webinar (P1) – Região Nordeste

Função	Qtde de Participantes	%GT Qtde de Participantes
Diretor(a) de escola	9555	59,98%
Técnico(a)	2141	13,44%
Professor(a)	1178	7,39%
Conselheiro(a)	654	4,11%
Secretário(a)	645	4,05%
Comunidade Escolar	199	1,25%
Vice-diretor(a)	190	1,19%
Coordenador(a)	170	1,07%
Coordenador(a) pedagógico(a)	161	1,01%
Prefeito(a)	42	0,26%
Tesoureiro(a)	37	0,23%
Coordenador(a) financeiro(a)	32	0,20%
Assistente de gestão	27	0,17%
Coordenador(a) administrativo(a) e financeiro(a)	25	0,16%
Presidente	22	0,14%
Agente administrativo	18	0,11%
Vice-gestor(a)	18	0,11%
Assessor financeiro	16	0,10%
Presidente do conselho escolar	16	0,10%
Coordenador(a) Administrativo(a) Financeiro(a)	14	0,09%
Coordenador (a) Escolar	12	0,08%
Diretor adjunto	11	0,07%
Auxiliar administrativo	9	0,06%
Diretora Adjunta	9	0,06%
Presidente da UEX	9	0,06%
Presidente do conselho	9	0,06%
Assistente Administrativo	8	0,05%
Coordenador Escolar	8	0,05%
Gestor Adjunto	8	0,05%
SECRETÁRIA ESCOLAR	8	0,05%
Secretário Escolar	8	0,05%
Secretário(a) escolar	8	0,05%
Supervisora Escolar	8	0,05%
CAF	7	0,04%
Supervisor	7	0,04%
Supervisora	7	0,04%
Assistente Social	6	0,04%
Auxiliar de Secretaria	6	0,04%
Contador	6	0,04%
Presidente da unidade executora	6	0,04%
Vice- diretora	6	0,04%
Apoio Pedagógico	5	0,03%
Assessor(a) administrativo(a) financeiro(a)	5	0,03%
Coordenação	5	0,03%
Coordenadora administrativa	5	0,03%
Suporte pedagógico	5	0,03%
Vice - Diretora	5	0,03%

Fonte: CECAMPE Nordeste (2022)

As funções continham repetições de nomenclaturas devido a erros de escrita, por figurar o gênero masculino ou feminino, por pontuações e espaços indevidos. De acordo com os dados, as funções mais presentes foram as de diretores de escola, técnicos, professores, conselheiros, secretários, vice-diretores, comunidades escolares, coordenadores, prefeitos, tesoureiros, assistentes, presidentes, e vice-gestores. Dentre esses, 59,98% dos participantes eram diretores de escola; os técnicos ficaram em segundo lugar com 13,44%; e os professores obtiveram a proporção de 7,39% como participantes; conselheiros com 4,11% e secretário com 4,05%; os demais com pouco mais de 1% ou menos.

Conforme apresentado na Figura 8, foi exposta somente a primeira página das doze de funções dos participantes, pois não caberia expor todas na pesquisa. Vale ressaltar que a proporção informada, caso houvesse a categorização das funções, seria diferente. É possível notar, no painel de informações, que as repetições de funções geram influências na sua totalização. O ideal seria o questionário já vir com as funções subcategorizadas, podendo, assim, ter uma quantificação mais precisa.

Diante do exposto, foi elaborada uma tabela com os perfis do participantes divulgados no Painel de Informações, com as funções categorizadas. Nela é possível notar uma diferença na proporção do resultado (Tabela 4).

Tabela 4 – Funções Categorizadas dos Participantes do Webinário (P1) – Região Nordeste

Função	Categoria da Função	Qtde de Participantes	% Qtde de Participantes
Diretor	Geral/ Adjunto / de Ensino / Administrativo/ Creche/ Educação/ Convênios/ Cultura/ Gestão/ Projetos/ Escolar/ Territorial/ Interina/ Técnico	9619	60,38%
Técnico	SEDUC/ Normatização/ Pedagógico/ Administrativo/ Secretaria/ Direção/ 1financeiro/ PDDE/	2158	13,55%
Professor	-	1191	7,48%
Secretário	Escolar / de Educação/ Adjunto	694	4,36%
Conselheiro	-	654	4,11%

Coordenador	Pedagógico/ financeiro/ Geral/ Administrativo/ Escolar/ Polo/ Setorial/ Ensino/ Territorial/ Secretaria/ Gestão/ Programas/ Sistemas/ Disciplinar/ Municipal/ Regional/ Núcleos Escolares/	468	2,94%
Vice-Diretor	Escolar/ Administrativo/	236	1,48%
Comunidade Escolar	-	199	1,25%
Presidente	Do conselho/ UEx/ APM/ Caixa Escolar/ Unidade Gestora/ APC/ APAE/	94	0,59%
Outros	Responsável pela escola/ Pai/ Representante dos pais/ Órgão Central/ Servidor/ Graduando/ Bacharel em Direito/ outros	92	0,58%
Assessor	Financeiro / Administrativo/ Pedagógica/ Contábil/ Comunicação/ Educação/ Executivo da SME/ Jurídico/ Gabinete	60	0,38%
Tesoureiro	Conselho Tutelar/ UEx/ Caixa/	53	0,33%
Assistente	Administrativo/ de Gestão / Social/ Financeiro/ Direção/	51	0,32%
Prefeito	-	42	0,26%
Supervisor	Escolar/ Ensino/ Municipal/ Mídia/ Pedagógico/ SEMED/ Programas/	36	0,23%
Vice-gestor	Escolar	34	0,21%
Auxiliar	Administrativo / de Secretaria/ Serviços Gerais/ Direção/	31	0,19%
Agente	Administrativo / de Portaria/ Pedagógico/ SIEPE	29	0,18%
Gestor	Adjunto/ Auxiliar/ Rede Escolar/ Municipal	27	0,17%
Gerente	Administrativo/ Financeiro/ de Apoio/ Ensino/ Produção/ Educação Especial/ Municipal/ Regional	19	0,12%

Apoio	Pedagógico/ Gestão	14	0,09%
Suporte	Pedagógico	14	0,09%
CAF	-	8	0,05%
Contador	-	8	0,05%
Articulador	Estadual/ PDDE Interativo/ Educação Conectada/ Municipal/ Pedagógico	7	0,04%
Orientador	Educacional/ Pedagógico/ Escolar	7	0,04%
Vice-Presidente	Conselho/ UEx /	6	0,04%
Subsecretário	Educação/ Municipal	6	0,04%
Administrativo	-	5	0,03%
Chefe	De Secretaria/ Divisão/ Núcleo Administrativo	5	0,03%
Estudante	Pedagogia/ Universitário	5	0,03%
Educador de Apoio	-	4	0,03%
Merendeira	-	4	0,03%
Analista	Educacional/ TI/ Gestão Educacional	4	0,03%
Digitador	-	4	0,03%
Consultor	Pedagógico / Educação	4	0,03%
Financeiro	Escolar	3	0,02%
Subcoordenador	Organização/ Ensino	3	0,02%
Superintendente	Administrativo/ Gestão/ Escolar	3	0,02%
Dirigente Municipal	-	2	0,01%
Nutricionista	-	2	0,01%
Responsável Creche	-	2	0,01%
Vigia	-	2	0,01%
Formador	Rede PDDE/ SEMED/	2	0,01%
Núcleo	Prestação de contas/ Territorial	2	0,01%
Pesquisador	-	2	0,01%
Auditor	-	1	0,01%
Bolsista	-	1	0,01%
Comitê	-	1	0,01%

Comerciante	-	1	0,01%
Cozinheiro	-	1	0,01%
Fiscal de Lanche	-	1	0,01%
Instrutor	-	1	0,01%
Interprete	-	1	0,01%
Manipulador de Alimentos	-	1	0,01%
Membro	UEx	1	0,01%
Monitor	-	1	0,01%
Porteiro	-	1	0,01%
Psicólogo	-	1	0,01%
Psicopedagoga	-	1	0,01%
Servente	-	1	0,01%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base nos dados do CECAMPE Nordeste (2022)

Assim, a função de diretor de escola, na forma padronizada categoricamente, apresentou o percentual de 60,38%; os técnicos ficaram em segundo lugar com 13,55%; e os professores obtiveram a proporção de 7,48% como participantes; conselheiros com 4,11% e secretário com 4,36%; coordenador com 2,94%; assistente com 0,32%; as demais funções obtiveram os respectivos percentuais demonstrados na Tabela 4.

As dúvidas dos participantes do Webinar P1 foram categorizadas por tipo (Tabela 5).

Tabela 5 – Categorização das Dúvidas dos Participantes do Webinar (P1) – Região Nordeste

Dúvida	Qtde de Dúvidas	% Qtde de Dúvidas
PDDE – Emergencial	5462	17,93%
PDDE - Educação Conectada	5165	16,95%
Gerenciador Financeiro do Banco do Brasil	3179	10,43%
PDDE - Acessibilidade e Sala de Recursos	2622	8,61%
PDDE - Novo Mais Educação	2388	7,84%
Como fazer um consórcio de escolas para o PDDE	2174	7,14%
PDDE - Mais Alfabetização	2078	6,82%
Como instituir uma Unidade Executora	1622	5,32%
PDDE - Tempo de Aprender	1593	5,23%
PDDE – Campo	1536	5,04%
PDDE - Água e Esgotamento Sanitário	1492	4,90%
PDDE - Novo Ensino Médio	1109	3,64%

Todos	27	0,09%
Obrigações Fiscais	2	0,01%
Calendário 2021-2022	1	0,00%
Cobrança de juros por extrato solicitado na agência é verídico	1	0,00%
Como EEx deve acompanhar e/ou monitorar as ações das UEx	1	0,00%
Conceitos básicos do PDDE	1	0,00%
Depósitos de capital e custeio	1	0,00%
Escola Paralisada	1	0,00%
FEFS	1	0,00%
O que posso adquirir com cada especificidade do PDDE?	1	0,00%
Onde e como utilizar os recursos	1	0,00%
Operacionalização dos programas	1	0,00%
PDDE - Mais Cultura	1	0,00%
PDDE – Qualidade	1	0,00%
Posso usar o recurso do PDDE de 2015 agora em 2021	1	0,00%
Quanto a Prestação de contas	1	0,00%
Salos em contas antigas	1	0,00%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com dados do CECAMPE Nordeste (2022)

O PDDE Emergencial foi o tipo de dúvida mais frequente pós o Webinar P1 (Tabela 5), representando 17,93% do total; em segundo lugar, ficou o PDDE – Educação Conectada, com 16,95%; o Gerenciador financeiro do Banco do Brasil foi a terceira dúvida mais escolhida, com 10,43% dos participantes com dúvidas. Na sequência, com 8,61% está o PDDE – Acessibilidade e Sala de Recursos; com 7,84% PDDE Novo Mais Educação; Como fazer um consórcio de escolas para o PDDE com 7,14%. Também houve um bom número de dúvidas sobre PDDE – Mais Alfabetização; Como instituir uma unidade executora; PDDE – Tempo de aprender; PDDE – Campo obteve 5,04% do total das dúvidas. Os demais temas, não menos importantes, seguem descritos na tabela (Tabela 5).

Adiante, foram analisados os dados da amostra da pesquisa, representada pelo Estado da Paraíba, que traz, também, o painel de informações com os seguintes dados para a análise: Perfil dos Participantes e Perfil das Dúvidas do Webinar P1. Cada informação pôde ser analisada separadamente por tema, município, escolaridade, faixa etária, função e por tipo de dúvida.

No painel de informações, ao selecionar o Estado da Paraíba, constaram os dados gerais dos perfis dos participantes do Webinar P1 da amostra da pesquisa.

Proporcionalmente, aparecem os dados da escolaridade, a função, a faixa etária e se existem dúvidas dos temas apresentados no Webinário e respondidos pelos participantes do Estado da Paraíba. No painel, foi possível analisar as informações separadamente por categorias.

Tabela 6 – Faixa Etária dos Participantes do Webinário (P1) – Paraíba

Faixa Etária	Qtde de Participantes	% Qtde de Participantes
De 36 a 45 anos	307	35,37%
De 46 a 55 anos	246	28,34%
De 26 a 35 anos	181	20,85%
De 56 a 65 anos	94	10,83%
Até 25 anos	24	2,76%
Acima de 65 anos	16	1,84%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

Dentre os participantes da amostra (Tabela 6), a maioria (35,37%) está na faixa etária de 36 a 45 anos; apenas 1,84% dos participantes estão acima de 65 anos de idade; com 28,34% estão os participantes de idades entre 45 e 55 anos; já 20,85% fazem parte dos 26 a 35 anos; 10,83% constituem os participantes com 56 a 65; por fim, os 25 anos estão representados por 2,76%.

Tabela 7– Escolaridade dos Participantes do Webinário (P1) – Paraíba

Escolaridade	Qtde de Participantes	% Qtde de Participantes
Especialização/MBA	463	53,40%
Superior Incompleto/Completo	302	34,83%
Mestrado/ Doutorado	59	6,81%
2º Grau Incompleto/Completo	39	4,50%
Até 1º Grau Completo	4	0,46%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

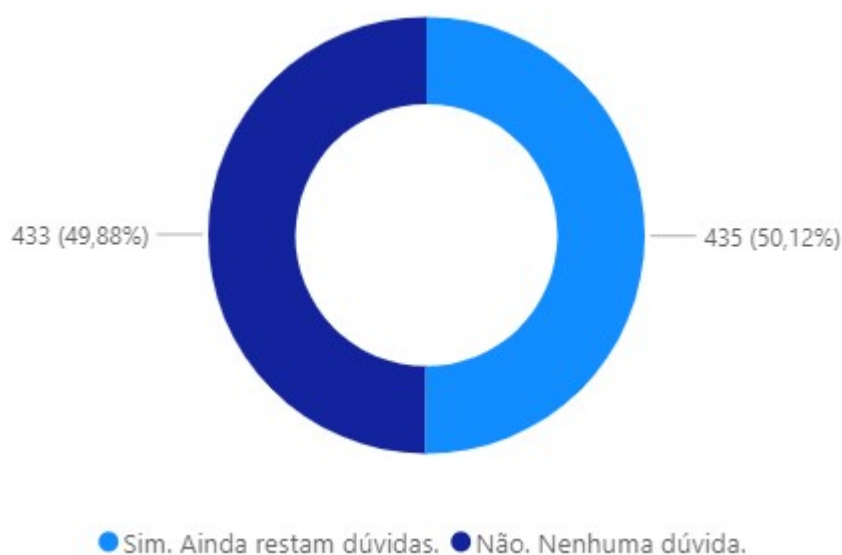
No tocante à escolaridade da região Nordeste, que conta com 56,59% dos participantes com especialização, o Estado da Paraíba representado 53,40% com essa escolaridade (Tabela 7). Pode-se então perceber que, apesar da grande diferença do número total de participantes da população e da amostra, a média de ambos, com nível superior completo ou incompleto, é bem próxima, sendo a população representada por 35,57% e a amostra por 34,83%. Com mestrado ou doutorado, a amostra apresentou um número maior, com 6,81% contra 4,35% da

população. Já quanto ao segundo grau (completo ou incompleto), a amostra também ganha em percentuais, com 1,54% a mais que a população da pesquisa.

No painel de informações, também estão os dados dos perfis das dúvidas informadas pelos participantes da amostra. O mesmo pode ser detalhado a quantidade de dúvidas por município e por tipo de dúvida.

Em relação às dúvidas acerca dos temas apresentados, a amostra teve o seguinte resultado após a apresentação do Webinário P1 (Figura 9):

Figura 9 – Dúvidas dos Participantes do Webinário (P1) acerca dos Temas Apresentados - Paraíba



Fonte: CECAMPE Nordeste (2022)

De acordo com a Figura 9, dos participantes da amostra, em relação ao tema apresentado, 49,88% responderam não ter nenhuma dúvida, e 50,12% expressaram restarem dúvidas após o Webinário. A apropriação das informações pelos participantes foi analisada a partir dos Webinários seguintes.

As Funções dos participantes da amostra são representadas pelas seguintes categorias (Figura 10).

Figura 10 – Funções dos Participantes do Webinário (P1) - Paraíba

Função	antes	%GT Qtde de Participantes
Diretor(a) de escola	460	53,00%
Técnico(a)	115	13,25%
Conselheiro(a)	92	10,60%
Professor(a)	65	7,49%
Secretário(a)	42	4,84%
Comunidade Escolar	14	1,61%
Coordenador(a) administrativo(a) e financeiro(a)	9	1,04%
Prefeito(a)	8	0,92%
Presidente do conselho escolar	5	0,58%
Coordenador(a) Administrativo(a) Financeiro(a)	4	0,46%
Coordenador(a) pedagógico(a)	4	0,46%
Presidente do conselho	4	0,46%
Agente administrativo	2	0,23%
Coordenador(a)	2	0,23%
Gestor Adjunto	2	0,23%
Gestora Adjunta	2	0,23%
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	2	0,23%
Supervisora Escolar	2	0,23%
Técnico da SEDUC	2	0,23%
Vice-diretor(a)	2	0,23%
Assessor em educação	1	0,12%
Assessor Executivo da SME	1	0,12%
Assessor Jurídico	1	0,12%
Bolsista do Projeto Cecampe Nordeste	1	0,12%
CAF	1	0,12%
Comerciante	1	0,12%
Coordenador Administrativo e financeiro	1	0,12%
Cozinheira	1	0,12%
Diretor	1	0,12%
Diretor (a) creche	1	0,12%
Diretor adjunto	1	0,12%
Diretor de escola Adjunto	1	0,12%
Diretor Escolar Adjunto	1	0,12%
Diretor(a) administrativo(a) financeiro(a)	1	0,12%
Diretora Adjunta	1	0,12%
Diretora Técnico Pedagógica da SEDUC Campina Grande - Paraíba	1	0,12%
Estudante universitário	1	0,12%
Gerente de Apoio Administrativo	1	0,12%
Monitor	1	0,12%
Orientado Pedagógico	1	0,12%
Pesquisador(a)	1	0,12%
Presidente da UEX	1	0,12%
Presidente do Conselho Escolarr	1	0,12%
Professora de	1	0,12%
Professora/responsável	1	0,12%
Secretária Adjunta	1	0,12%
Secretário(a) escolar	1	0,12%
Supervisor Escolar	1	0,12%
Tecnico Administrativo do GPROSFEC	1	0,12%
Vice-gestora	1	0,12%

Fonte: CECAMPE Nordeste (2022)

As funções dos participantes da amostra também continham repetições de nomenclaturas devido a erros de escrita, gênero masculino ou feminino e complementos.

De acordo com os dados, as funções mais presentes foram de diretores de escola, técnicos, conselheiros, professores, secretários, vice-diretores, comunidades escolares, coordenadores, prefeitos, assistentes, presidentes, e vice-gestores.

É importante ressaltar que a quantificação informada (Figura 10) seria diferente, caso fossem categorizadas. Nota-se que essas repetições de funções geram influências na totalização.

Como já mencionado na análise da população da pesquisa, o ideal seria o questionário já vir com as funções subcategorizadas, podendo, assim, ter uma quantificação mais precisa.

Diante do exposto, foi elaborada uma tabela com os perfis do participantes divulgados no Painel de Informações, com as funções categorizadas, obtendo uma diferença na proporção do resultado, conforme exposto na Tabela 8.

Tabela 8 – Funções Categorizadas dos Participantes do Webinar (P1) – Paraíba

Função	Categoria da Função	Qtde Participantes	% Qtde de Participantes
Diretor	Adjunto/ Administrativo/ Financeiro/ Técnico Pedagógico	468	53,92%
Técnico	SEDUC/ Administrativo	118	13,59%
Conselheiro	-	92	10,60%
Professor	-	67	7,72%
Secretário	Educação/ Adjunto/ Escolar	46	5,30%
Comunidade Escolar	-	14	1,61%
Coordenador	Administrativo/ Financeiro/ Pedagógico	20	2,30%
Prefeito		8	0,92%
Presidente	Conselho Escolar/ Conselho/ UEX/	11	1,27%
Agente	Administrativo	2	0,23%
Gestor	Adjunto	4	0,46%
Supervisor	Escolar	3	0,35%
Vice-Diretor	-	2	0,23%
Assessor	Educação/ Executivo da SME/ Jurídico	3	0,35%
Gerente	Apoio Administrativo	1	0,12%
Monitor	-	1	0,12%

Vice-Gestor	-	1	0,12%
Outros	Bolsista/ CAF/ Comerciante/ Cozinheira/ Estudante Universitário/ Orientado Pedagógico/ Pesquisador	7	0,81%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

Já devidamente subcategorizados, foram totalizados 53,92% dos participantes diretores de escola; os técnicos ficaram em segundo lugar com 13,59%; os conselheiros com 10,60%; os professores obtiveram a proporção de 7,72% do total; e os secretário atingiram 5,30%; os demais ficaram com pouco mais de 1% ou menos. Uma pequena diferença foi percebida, mas, para a análise de dados, são consideráveis.

A Tabela 9 apresenta a quantidade de dúvidas categorizadas por tipo, pelos participantes da amostra.

Tabela 9 – Dúvidas por Tipo dos Participantes do Webinar (P1) – Paraíba

Dúvida	Qtde de Dúvidas	% Qtde de Dúvidas
PDDE – Emergencial	298	19,53%
PDDE - Educação Conectada	268	17,56%
Gerenciador Financeiro do Banco do Brasil	149	9,76%
PDDE - Acessibilidade e Sala de Recursos	138	9,04%
PDDE - Novo Mais Educação	114	7,47%
Como fazer um consórcio de escolas para o PDDE	113	7,40%
PDDE - Mais Alfabetização	108	7,08%
PDDE - Água e Esgotamento Sanitário	78	5,11%
PDDE - Tempo de Aprender	77	5,05%
Como constituir uma Unidade Executora	70	4,59%
PDDE – Campo	64	4,19%
PDDE - Novo Ensino Médio	45	2,95%
Todos	3	0,20%
Saldos em contas antigas	1	0,07%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

O PDDE Emergencial também foi o tipo de dúvida mais frequente na Paraíba (Tabela 9), representando 19,53% do total; em segundo lugar, ficou o PDDE – Educação Conectada, com 17,56%; o Gerenciador financeiro do Banco do Brasil foi a terceira dúvida mais escolhida, com 9,76% dos participantes com dúvidas. Em sequência, com 9,04%, está o PDDE – Acessibilidade e Sala de Recursos; com 7,47% o PDDE Novo Mais Educação e Como fazer um consórcio de escolas para o PDDE, com 7,40%. Também houve um bom número de dúvidas sobre PDDE – Mais Alfabetização; Como instituir uma unidade executora; PDDE – Tempo de aprender; PDDE – Campo obteve 5,05% do total das dúvidas. Os demais temas, não menos importantes, seguem descritos na figura da tabela.

Apesar da diferença da quantidade dos participantes da população e da amostra da pesquisa ser consideravelmente grande, houve bastante semelhança entre os resultados, com proporções bem próximas referentes aos tipos de dúvidas mais questionados.

6.3 APROPRIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PELOS PARTICIPANTES DA AMOSTRA ACERCA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Após analisar os perfis dos participantes do Webinário P1 e de suas dúvidas, essa seção traz dados sobre a apropriação das informações pelos participantes acerca do PDDE, a partir da estratificação das dúvidas após a realização do I e II Webinários de Formação de Gestores de Escolas Públicas da Região Nordeste. **Nessa seção**, constam as seguintes categorizadas: as classes, o grau de formação, o estado e o município de origem das dúvidas. Cada informação mencionada pode ser analisada separadamente no painel de informações.

As referidas informações estavam expostas em painéis onde foram intitulados de Estratificação das Dúvidas I Webinário de Formação de Gestores de Escolas Públicas da Região Nordeste (P2) e Estratificação das Dúvidas II Webinário de Formação de Gestores de Escolas Públicas da Região Nordeste (P3). Ambos foram analisados de acordo com a categoria das classes das dúvidas.

O I Webinário de Formação de Gestores de Escolas Públicas da Região Nordeste (Tabela 10) foi realizado no período de 01 a 09 de outubro de 2021, constando um total de 1.278 dúvidas elaboradas por participantes, que podiam ser analisadas pelo grau de formação, classe da dúvida, unidade federativa e por

município. Convém salientar que o painel não informava o número de participantes, apenas o quantitativo das dúvidas estratificadas.

Tabela 10 – Dúvidas por Unidade Federativa do I Webinário (P2)

Estado	Qtde de Dúvidas	% Qtde de Dúvidas
Maranhão	215	16,82%
Rio Grande do Norte	200	15,65%
Pernambuco	195	15,26%
Bahia	157	12,28%
Paraíba	151	11,82%
Piauí	148	11,58%
Ceará	106	8,29%
Alagoas	93	7,28%
Sergipe	13	1,02%
Total	1.278	100%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

O II Webinário de Formação de Gestores de Escolas Públicas da Região Nordeste (Tabela 11) foi realizado no período novembro de 2021 e obteve um total de 2.609 dúvidas elaboradas por participantes, podendo-se analisar pela classe da dúvida, a unidade federativa e por município. Nesse caso, o painel também não informava o número de participantes, apenas o quantitativo das dúvidas estratificadas.

Tabela 11 – Dúvidas por Unidade Federativa do II Webinário (P3)

Estado	Qtde de Dúvidas	% Qtde de Dúvidas
Maranhão	1.018	39,02%
Pernambuco	354	13,57%
Paraíba	284	10,89%
Alagoas	232	8,89%
Rio Grande do Norte	227	8,70%
Bahia	180	6,90%
Ceará	135	5,17%
Piauí	131	5,02%
Sergipe	48	1,84%
Total	2.609	100%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

Conforme visto na metodologia, a análise da percepção dos participantes foi baseada na amostra da pesquisa. Assim, sendo a população representada por 1278 dúvidas do I Webinar (P2) e 2.609 dúvidas do II Webinar (P3), a amostra limitar-se-á ao total de dúvidas enviadas pelos participantes do Estado da Paraíba, sendo o equivalente a 11,81% das dúvidas no I Webinar (P2); e 10,88% no II Webinar (P3), conforme exposto na Figura 10 e Figura 11.

As dúvidas da amostra do I Webinar (P2) totalizaram 151 perguntas, enquanto, no II Webinar (P3), somaram-se 284 dúvidas **que** serviram como base na análise da percepção dos participantes a partir dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste no âmbito do PDDE.

O painel de informações do I Webinar (P2) trouxe, quantificadas, as dúvidas por classe (Tabela 12), que foram categorizadas da seguinte forma: Execução Recursos, Programa PDDE, Outros, Custeio e Capital, Prestação de Contas, Pandemia, Insuficiência Recursos, e Burocracia.

Tabela 12 – Painel de Informações - Dúvidas por Classe I Webinar (P2) – Paraíba

Classe das Dúvidas do I Webinar	Qtde Dúvidas	% Qtde de Dúvidas
Execução Recursos	55	36,42%
Programa PDDE	44	29,14%
Outros	25	16,56%
Custeio e Capital	10	6,62%
Prestação de Contas	9	5,96%
Pandemia	5	3,31%
Insuficiência Recursos	2	1,32%
Burocracia	1	0,66%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

Com maior índice de dúvidas, a classe Execução Recursos contou com 36,42%, sendo a Programa PDDE a segunda mais questionada com 29,14%; o termo Outros com temas variados ficou com 16,56%, Custeio e Capital, com 6,62%; as Prestações de Contas totalizaram 5,96% enquanto que Pandemia, apesar de ter o PDDE Emergencial como a dúvida mais selecionada no perfil dos participantes, obteve apenas 3,31%; já Insuficiência Recursos somou 1,32%, ficando para trás apenas para a classe Burocracia, que teve 0,66% do total das perguntas dos participantes.

O painel de informações do II Webinar (P3) quantificou as dúvidas por classe (Tabela 13) na seguinte forma: Nenhuma, Programa PDDE, Outros, Execução Recursos, Prestação de Contas, Variadas, Adesão, Todas, Cadastro, Custeio e Capital, Novas Resoluções, Burocracia, Cartão PDDE, Plano de Ação e Pandemia.

Tabela 13 – Painel de Informações - Dúvidas por Classe II Webinar (P3) – Paraíba

Classe das Dúvidas do II Webinar	Qtde Dúvidas	% Qtde de Dúvidas
Nenhuma	54	19,01%
Programa PDDE	43	15,14%
Outros	41	14,44%
Execução Recursos	32	11,27%
Prestação de Contas	24	8,45%
Variadas	23	8,10%
Adesão	17	5,99%
Todas	16	5,63%
Cadastro	13	4,58%
Custeio e Capital	5	1,76%
Novas Resoluções	5	1,76%
Burocracia	4	1,41%
Cartão PDDE	3	1,06%
Plano de Ação	3	1,06%
Pandemia	1	0,35%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

Diante do exposto na Tabela 13, a categoria nomeada de “Nenhuma” não agrega informações à análise, pois deveria estar na opção de resposta em que não há dúvidas, pois, na descrição das dúvidas, consta como tal. A classe é representada por 19,01% das dúvidas, embora não haja perguntas, mas afirmações de que não há dúvida sobre o programa.

Desta forma, teve o maior índice considerável de dúvidas a classe Programa PDDE com 15,14%; o termo Outros ficou com 14,44%; a Execução Recursos contou com 11,27%; Prestações de Contas totalizaram 8,45% das dúvidas; a classe Variadas obteve 8,10%; Adesão, 5,99%; o termo Todas ficou com 5,63%; Cartão PDDE foi bem pouco questionada, ficando com 1,06%, e Pandemia surpreendeu com apenas 0,35% das dúvidas.

Unificando as classes dos dois Webinários (P2 e P3) em uma única tabela (Tabela 14), foi possível quantificá-las para uma análise geral, com o intuito de

analisar a apropriação das informações pelos participantes da amostra diante das estratificações das dúvidas após os Webinários de Formação de Gestores de Escolas Públicas da Região Nordeste.

Tabela 14 – Total das Classes de Dúvidas dos Participantes do I e II Webinário (P2 e P3) – Paraíba

Classe das Dúvidas	Dúvidas Webinário I	Dúvidas Webinário II	Total de Dúvidas	% Total de Dúvidas
Execução Recursos	55	32	87	20,00%
Programa PDDE	44	43	87	20,00%
Outros	25	41	66	15,17%
Nenhuma	0	54	54	12,41%
Prestação de Contas	9	24	33	7,59%
Variadas	0	23	23	5,29%
Todas	0	16	16	3,68%
Adesão	0	17	17	3,91%
Custeio e Capital	10	5	15	3,45%
Cadastro	0	13	13	2,99%
Pandemia	5	1	6	1,38%
Burocracia	1	4	5	1,15%
Novas Resoluções	0	5	5	1,15%
Cartão PDDE	0	3	3	0,69%
Plano de Ação	0	3	3	0,69%
Insuficiência Recursos	2	0	2	0,46%
TOTAL	151	284	435	100%

Fonte: Elaborada pela autora (2022) com base no CECAMPE Nordeste (2022)

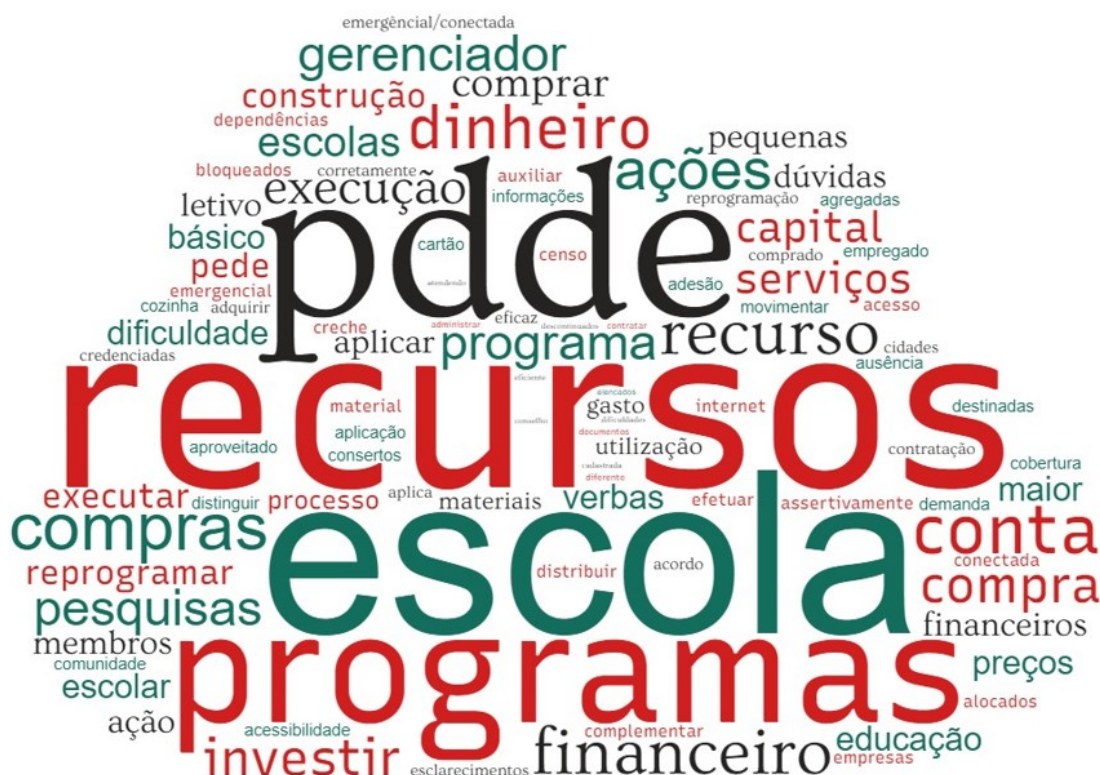
Os painéis de dúvidas trazem perguntas elaboradas pelos participantes dos Webinários I e II, a partir das quais foram analisadas as percepções dos participantes no âmbito do PDDE, considerando a amostra da pesquisa.

Cada classe de dúvidas contém um número de perguntas. As perguntas foram analisadas a partir de uma nuvem de palavras gerada pelo *site Wordclouds*, quando o quantitativo de dúvidas (Tabela 14) necessitou dessa representação da informação para análise.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Execução Recursos**

Inicialmente, analisando as proporções das dúvidas dos participantes, a classe “Execução Recursos” correspondeu a 20% e contou com 55 dúvidas do I Webinário (P2) e 32 do II Webinário (P3).

Figura 11 - Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Execução Recursos” do I e II Webinar (P2 e P3) – Paraíba



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Em destaque (Figura 11), podem-se perceber as palavras mais utilizadas diante das 87 dúvidas enviadas pelos participantes. É possível ver que, dentre os principais questionamentos, está a utilização dos recursos do PDDE. Para um melhor entendimento, destacaram-se algumas dúvidas selecionadas, que ficaram em evidência na nuvem de palavras: “Como utilizar a verba para serviços de construção”, “Como utilizar recursos reprogramados?”, e “É possível utilizar os recursos do PDDE para executar retelhação da cobertura na unidade escolar?”.

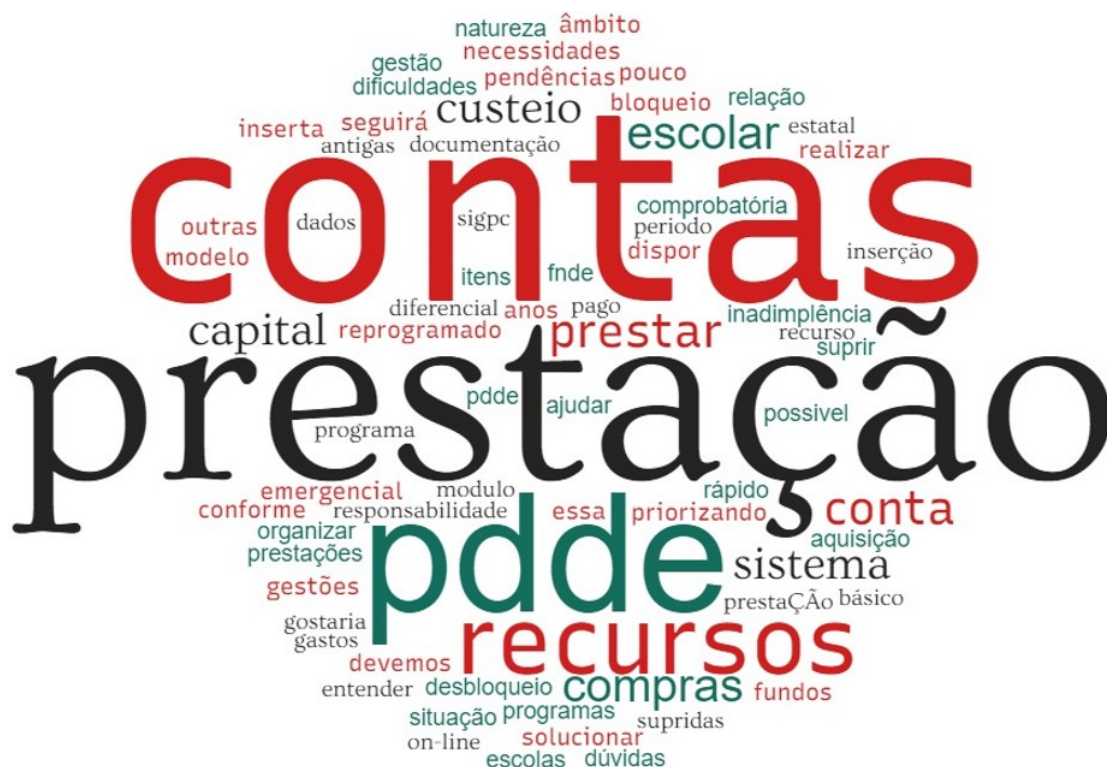
Ante o exposto, nota-se, que após os Webinários, os participantes mantêm suas dúvidas em relação a onde investir, e as palavras mais frequentes foram referentes a dúvidas específicas de cada gestão, tais como: compras, programas, ações, construção, utilização de verbas, PDDE Emergencial, reprogramação e limites financeiro. Algumas dessas respostas constam nas Cartilhas do programa, o que ressalta a necessidade de entender se os participantes dos Webinários apropriaram-se das informações nelas contidas, antes de elaborarem as perguntas.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Programa PDDE**

- **CLASSE DE DÚVIDA: Prestação de Contas**

A classe “Prestação de Contas” contou com 7,59% das dúvidas. No I Webinar (P2), foram contemplados 9 questionamentos e, no II Webinar (P3), 24.

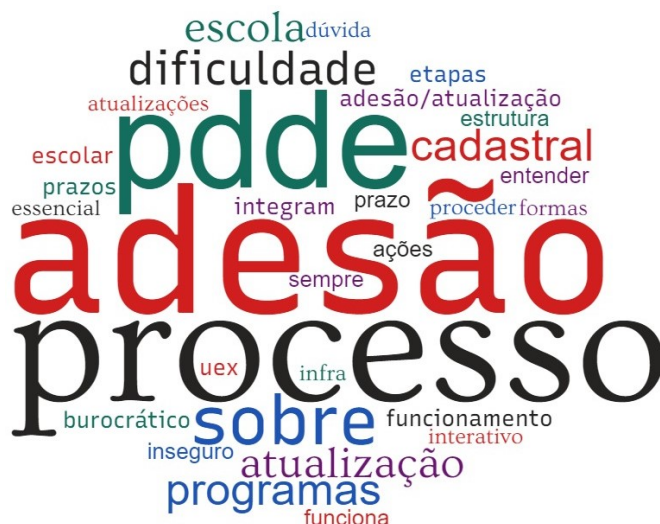
Figura 14 - Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Prestação de Contas” do I e II Webinar (P2 e P3) - Paraíba



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dentro da classe “Prestação de Contas” (Figura 14), as palavras em destaque mais abordadas foram: prestação de contas, PDDE, Custeio, recursos, custeio e capital, sistema etc. Dentre as perguntas, estavam as seguintes: “A prestação de contas seguirá o mesmo modelo de antes?”, “Como fazer o diferencial entre custeio e capital?” e “Em que período devemos fazer a prestação de contas?”. Analisando as dúvidas, foi possível perceber que os participantes categorizaram o próprio termo prestação de contas como a pergunta mais utilizada, mas também contemplaram o custeio e capital, prestação de contas online, prestação de contas do PDDE emergencial, sobre os períodos (prazos), compras, recursos e documentação comprobatória, ou seja, assuntos considerados particulares de cada gestão.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Variadas e Todas**



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

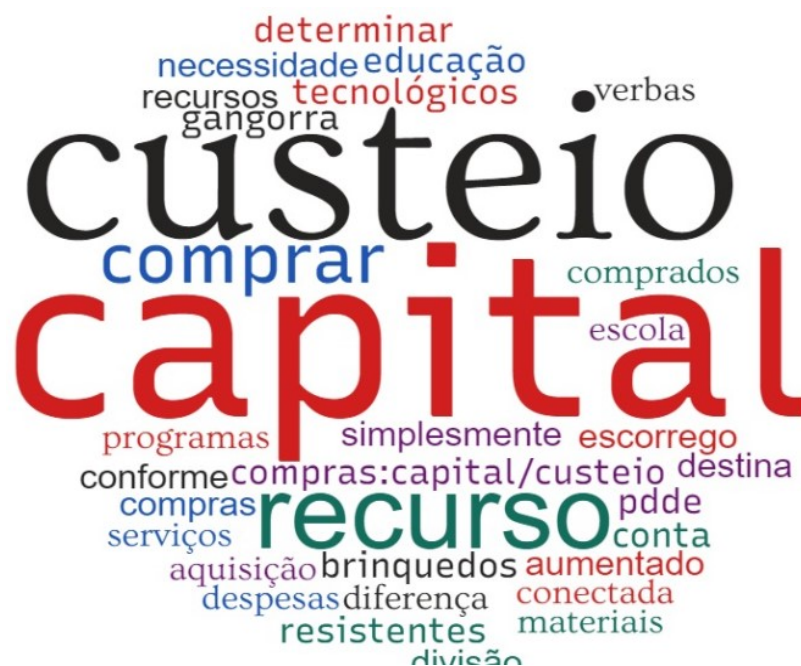
As principais categorias destacadas na nuvem de palavras (Figura 16) foram as seguintes: adesão, processo, PDDE, dificuldade, atualização, cadastral, programas. Entre os questionamentos, estavam estes: *“O passo a passo no processo de adesão e suas atualizações.”*, *“Qual é o prazo para adesão/atualização cadastral ao PDDE?”*, e *“Sempre tenho dificuldade no processo de adesão e atualização, fico inseguro quanto a isso diante do processo burocrático.”*

Em síntese, os participantes continuaram com dúvidas em relação a **como se faz** o processo de adesão dos programas, suas atualizações e cadastro. Entende-se que sejam termos relacionados a cada gestão.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Custeio e Capital**

A classe “Custeio e Capital”, que aparece com 3,45% das dúvidas, contou com 10 dúvidas do I Webinar (P2) e 5 do II Webinar (P3). Um tema pouco abordado que traz a elaboração de dúvidas com finalidades mais esclarecedoras.

Figura 17 - Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Custeio e Capital” do I e II Webinar (P2 e P3) – Paraíba



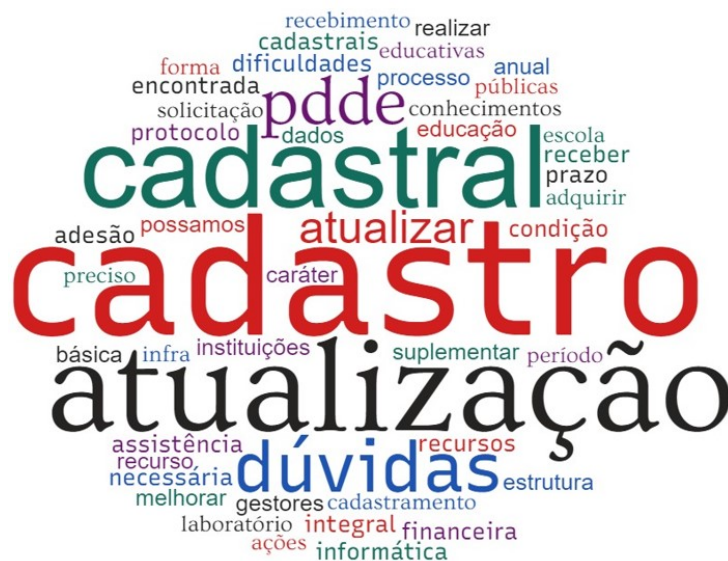
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Conforme exposto na Figura 17, as dúvidas referentes a essa classe foram de caráter conceitual. A grande maioria procurou saber os conceitos de custeio e capital, assim como a busca em determinar o poder de compra desses recursos, conforme mostraram as seguintes dúvidas: “A diferença entre custeio e capital?”, “Em que pode ser utilizado o custeio?”, e “O que comprar com custeio e capital?”. As dúvidas sugerem que não houve apropriação das informações para esses participantes.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Cadastro**

A classe “Cadastro” contemplou dúvidas do II Webinário (P3), totalizando 2,99% do total, e suas 13 perguntas formaram a seguinte nuvem de palavras (Figura 18):

Figura 18 - Nuvem de palavras da classe de dúvidas “Cadastro” do II Webinário (P3) - Paraíba



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As palavras mais abordadas foram as seguintes: atualização, cadastro, dúvidas, PDDE, e recursos. Dentre os questionamentos, houve dúvidas nestes: *“Atualização cadastral é condição necessária para receber recursos? Esse cadastramento é feito de forma anual?”*, *“Qual prazo de adesão de atualização cadastral do PDDE?”*, e *“Dúvidas sobre o período de atualização.”*. Portanto, após os Webinários, persistiram as dúvidas sobre a atualização cadastral do PDDE, os prazos, os períodos e as condições para receber recursos.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Pandemia**

A classe “Pandemia” obteve 1,38% das dúvidas, contando com 5 dúvidas do I Webinário (P2) e 1 do II Webinário (P3). Embora o período de 2021 tenha vivenciado a pandemia do novo coronavírus, a classe “Pandemia” obteve o equivalente a apenas 1,38% das dúvidas, que foram em torno das ações práticas, dos recursos a investir, das melhorias e prestação de contas. Por ser um tema que expressava a atual realidade no período da pesquisa (2021-2022), era esperado que houvesse um número maior de questionamentos, porém foi possível concluir que o tema foi debatido por todos e o assunto bem explorado nos Webinários, não deixando muitas dúvidas.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Burocracia**

A classe “Burocracia” contou com 1 dúvida do I Webinário (P2) e 5 do II Webinário (P3), obtendo 1,15% das dúvidas. As perguntas foram específicas, referentes às partes burocráticas quanto a documentações e bancárias, trazendo as seguintes dúvidas: *“A parte burocrática da documentação.”*, *“As dúvidas são a*

respeito da parte burocrática de forma geral.”, “Na parte burocrática do banco.”, “Existiria a possibilidade de simplificar o processo de compra com recursos PDDE, muita burocracia?”. Nesse sentido, a parte burocrática aparenta ter sido bem compreendida pelos participantes.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Novas Resoluções**

A classe “Novas Resoluções” trouxe perguntas quanto à atualização das resoluções e sobre mudanças a partir delas, contando com apenas 1,15% das perguntas no II Webinar (P3).

- **CLASSE DE DÚVIDA: Cartão PDDE**

Quanto à classe “Cartão PDDE”, só obtive 0,69% das dúvidas. Os questionamentos foram, no contexto bancário, em relação a muitos programas em uma mesma conta e dificuldades na utilização dos cartões em relação à demora da entrega pelos bancos.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Plano de Ações**

Também com 0,69% das dúvidas, a classe “Planos de Ações” trouxe dúvidas com relação ao que fazer e ao que usar com os recursos, sobre os prazos para execução dos planos de ações e dificuldades na sua organização perante a plataforma do PDDE.

- **CLASSE DE DÚVIDA: Insuficiência Recursos**

Com 0,46% das dúvidas, a classe “Insuficiência Recursos” trouxe questionamentos referentes aos valores a receber por aluno após as altas de preços decorrentes da inflação gerada pela pandemia do coronavírus, tendo como os termos mais citados: alunos, integral, receber e alimentação.

Finalizada a análise por classe de dúvidas, foi elaborada uma nuvem de palavras englobando todas as classes da amostra da pesquisa com seus 435 questionamentos (Figura 19).

Figura 19 - Nuvem de palavras com todas as classes de dúvidas do I e II Webinar (P2 e P3) – Paraíba

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Também foi possível perceber, junto à análise das estratificações das dúvidas dos painéis de informação (P2 e P3) e a partir da análise geral das nuvens de palavras, que a maioria das dúvidas que persistiram surgiram em torno de necessidades específicas da gestão escolar vivenciada pelo participante. Nesse aspecto, eram dúvidas que foram desde questões de prestação de contas, esclarecimentos sobre execução e recursos, cadastros, adesões, até acerca do próprio programa. As nuvens de palavras puderam elencar, a partir das perguntas, as palavras mais mencionadas juntos aos questionamentos, o que permite, dentro do monitoramento técnico do CECAMPE, sugerir o desenvolvimento de respostas a esses tipos de questionamento relativos às palavras mais mencionadas.

Os dados analisados puderam expor as práticas informacionais do CECAMPE Nordeste e seu desenvolvimento relacionado à apropriação das informações pelos participantes acerca do Programa Dinheiro Direto na Escola. A partir dos Webinários realizados, foi possível perceber a influência das informações bem estruturadas e como elas podem ser percebidas de diferentes maneiras pelos participantes do programa.

As informações compartilhadas aos participantes por essas práticas, quando não percebidas por eles, acabam gerando dúvidas que demonstram que não foram recebidas, assimiladas, não havendo, portanto, a devida apropriação delas. Isso repercute notadamente nas ações e decisões, durante as atividades, nas instituições, interferindo diretamente no processo de execução do programa.

7 CONCLUSÕES

A presente pesquisa estabeleceu as relações existentes entre práticas informacionais e um fenômeno político pedagógico no campo dos estudos relativos à informação, no intuito de analisar se as práticas informacionais, realizadas pelo CECAMPE Nordeste, como fonte de apoio a políticas públicas na educação, são efetivas no âmbito do PDDE. Nesse contexto, vale ressaltar que a atuação do FNDE, no tocante aos recursos federais de educação, descentralizada para estados e municípios, também é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), o que o torna o maior parceiro dos 26 estados, dos 5.565 municípios e do Distrito Federal em busca de alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos. Nesse sentido, o acompanhamento e monitoramento dos gastos em programas governamentais permitem a qualidade necessária para o bom desempenho de toda política pública.

Para a compreensão de alguns significados, foram apresentados conceitos e legislações sobre o FNDE, a Gestão Democrática, os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE), que estão vinculados às universidades parceiras do FNDE, realizando atividades de assistência técnica e monitoramento, a fim de apoiar estados, municípios e escolas a aprimorarem a execução e o desempenho do PDDE e suas Ações Integradas. Vale ressaltar que a UFPB foi a única Universidade do Nordeste a ser credenciada pelo FNDE como centro colaborador, o CECAMPE Nordeste, que abarca ao todo os nove (9) Estados da região.

O estudo trouxe, também, conceitos sobre as práticas informacionais e os relacionou aos contextos do PDDE e do CECAMPE Nordeste. Foram elencadas as Atividades de Informação do CECAMPE Nordeste, que denotaram as Atividades de Informações sobre o PDDE, as Atividades de Orientação e as Atividades de Divulgação. A partir dos dados obtidos, puderam-se conhecer as práticas informacionais utilizadas pelo CECAMPE Nordeste, assim como sua influência no âmbito do PDDE. Por meio dessas práticas, foi proporcionado aos participantes ganhar conhecimentos, obter treinamentos e atualizações quanto ao andamento do programa. A Atividade de Informação que norteou a pesquisa foi Atividade de Orientação, especificamente, os Webinários.

Além disso, os participantes puderam contribuir com o monitoramento à gestão descentralizada, conduzida pelo CECAMPE Nordeste, por meio do melhor aproveitamento dessas informações, respondendo aos questionários aplicados após os Webinários. Esses questionários incluíram, também, um campo de perguntas subjetivas, as quais foram estratificadas pelo CECAMPE Nordeste. Com base nisso, o foco desse trabalho foi analisar a apropriação das informações pelos participantes a partir da estratificação dessas dúvidas relacionadas ao contexto do PDDE.

Tendo em vista a importância dessas práticas informacionais alinhadas aos objetivos, às finalidades e às expectativas do PDDE, podendo impactar no aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações, na eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade dessas políticas públicas, pôde-se perceber um bom aproveitamento das práticas informacionais utilizadas na proposta do CECAMPE Nordeste, a partir do número expressivo de 15.930 participantes do Webinário (P1), realizado em agosto de 2021, de onde foram analisados os perfis dos participantes e os perfis de suas dúvidas. Em seguida, foram analisadas as estratificações das dúvidas dos participantes dos dois Webinários de Formação de Gestores de Escolas Públicas da Região Nordeste (P2-P3), nos períodos de outubro e novembro de 2021, respectivamente.

É importante ressaltar que, para uma gestão democrática efetiva, a participação de todos é essencial, porém os dados analisados mostraram que a participação dos diretores de escolas foi correspondente a mais da metade de todas as demais funções juntas. Sendo assim, faz-se necessário uma maior participação de todos os agentes envolvidos na gestão escolar para se obterem melhores índices de desempenho.

Em relação aos dados das funções dos participantes, foi exposta uma tabela categorizada, onde se pôde perceber que as funções estavam difusas. Ficam sugeridas ao CECAMPE Nordeste categorizar as funções para que se proceda a uma análise melhor, em termos proporcionais, e um monitoramento técnico com maior efetividade.

Mesmo oferecendo treinamentos e Webinários sobre o PDDE, os participantes, apesar de se apropriarem das informações fornecidas pelo CECAMPE Nordeste, no âmbito do PDDE, permaneceram com dúvidas específicas e particulares de cada gestão escolar.

As informações colhidas pelo monitoramento do CECAMPE Nordeste têm um valor estratégico e visa proporcionar melhores resultados em relação ao monitoramento da gestão descentralizada, fazendo com que as dúvidas e questionamentos analisados façam parte dos próximos treinamentos e Webinários, trazendo maiores explicações sobre os temas abordados pelos participantes e esclarecimentos que compõem as estratificações de dúvidas contempladas nos painéis de informações.

A pesquisa contribuiu, ainda, para o campo da Ciência da Informação, demonstrando a importância em percorrer caminhos a fim de mostrar o quanto os estudos relacionados à informação são capazes de proporcionar. No vínculo entre as práticas informacionais e as políticas públicas na educação, foi possível perceber a influência das práticas informacionais no acesso às informações, evidenciando a importância do uso e apropriação da informação aos participantes.

No que tange aos objetivos específicos propostos por essa pesquisa, entende-se que foram alcançados quando, na identificação e caracterização das práticas informacionais realizadas pelo CECAMPE Nordeste, foram elencadas três práticas informacionais acerca do PDDE: Práticas de Informação, Práticas de Orientação e Práticas de Divulgação. Na identificação do perfil dos participantes dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste, foi analisada a faixa etária, a escolaridade, as funções, as dúvidas e quantidade de dúvidas dos participantes e a análise da apropriação da informação pelos participantes dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste. No tocante à estratificação das dúvidas descritas pelos participantes, ela foi representada pelas nuvens de palavras.

Embora os métodos mais utilizados para o estudo das práticas informacionais sejam os métodos qualitativos, de etnografia, de observação e de entrevista, o método de análise de dados utilizado na presente pesquisa contribuiu para os estudos das práticas informacionais como uma forma de rastrear as atividades, as manifestações dos participantes do programa, não só do banco de dados, mas aqueles relacionados ao contexto.

Assim, este trabalho vem fortalecer um caminho necessário a ser seguido pelos próximos pesquisadores: o acesso a bases de dados já documentadas e localizadas dentro de uma perspectiva holística que compreende o contexto, permitindo fazer relações seguras e adequadas entre eles. Essa condição permite se chegar às práticas informacionais ricas e mais eficazes não só de

compartilhamento, mas também de busca, acesso e apropriação das informações pelos usuários dessas plataformas e seus bancos de dados.

Espera-se, desde então, que os resultados obtidos contribuam para demonstrar o elo entre as práticas informacionais e a influência de sua utilização para o monitoramento da qualidade da gestão democrática e da qualidade da educação realizados pelo CECAMPE Nordeste, promovendo sobremaneira possíveis estudos relacionados aos temas abordados.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAÚJO, C. A. Á. O que são “práticas informacionais”? *Revista Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 2, p. 217-236, out. 2017.

ARAÚJO, C. A. Á. Os estudos em práticas informacionais no âmbito da ciência da informação. *In: ALVES, E. C. et al. Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa*. João Pessoa, Editora UFPB, 2020, p. 21-73.

ARAÚJO, C. A. Á. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896>. Acesso em: 3 nov. 2022.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p.155-167, mai./ago.1999. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/846/879>. Acesso em: 18 maio 2022.

ARAÚJO, K. S. X.; GUERRA, M. G. G. V.; NASCIMENTO, G. O. A importância da gestão democrática participativa na execução do programa dinheiro direto na escola (PDDE). **Research, Society and Development**, Itabira, v. 11, n. 3, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26916/23496>. Acesso em: 3 nov. 2022.

BARROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. *In: FERREIRA, N. S. C. Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 11-32.

BASTOS, M. **Cecampe promove webinar de formação de gestores de escolas públicas da Região Nordeste**. Salvador, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://undimebahia.com.br/site/2022/02/16/cecampe-promove-webinario-de-formacao-de-gestores-de-escolas-publicas-da-regiao-nordeste/>. Acesso em: 10 maio 2022.

BERTI, I. C. I. W.; ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45237>. Acesso em: 03 fev. 2022.

BRAGA, H. M. B. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas. São Paulo: Laços, 2015.

BRASIL. **Lei n. 10.172, 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.005, 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 177, p. 62, 11 set. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-15-de-16-de-setembro-de-2021-345482849>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1784.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.784%2C%20DE,Escola%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%2C%20no,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 3 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 12.695, de 25 de julho de 2012.** Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12695.htm. Acesso em: 3 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **FNDE firma parcerias com universidades e institui Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de**

Programas Educacionais. Brasília, 24 nov. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/fnde-firma-parcerias-com-universidades-e-institui-centros-colaboradores-de-apoio-ao-monitoramento-e-a-gestao-de-programas-educacionais. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASILEIRO, F. S. **Resiliência informacional:** modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9710?locale=pt_BR. Acesso em: 3 nov. 2022.

CECAMPE NORDESTE. **Painéis de Informações do CECAMPE Nordeste.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.cecampe.ufpb.br/paineisdeinformacoes>. Acesso em: 20 set. 2022.

CECAMPE NORDESTE. **PROJETO TÉCNICO DE PESQUISA: O fortalecimento do Programa Dinheiro Direto na Escola na Região Nordeste como estratégia para a gestão democrática e para a qualidade da educação.** UFPB. 2020. Disponível em: https://www.cecampe.ufpb.br/_files/ugd/3d99ea_b05c22114328487987ac5f47b5d79302.pdf. Acesso em 20/10/2022,

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

COX, A. An exploration of the practice approach and its place in information science. **Journal of Information Science**, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 176-188, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0165551511435881>. Acesso em: 18 ago. 2022.

EPSTEIN, L. KING, G. **Pesquisa empírica em direito [livro eletrônico]: as regras de inferência.** São Paulo: Direito GV, 2013 (Coleção acadêmica livre) 7 Mb. Título original: The rules of inference. – Vários tradutores.

FERREIRA, S. M. S. P. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-10, maio/ago. 1995. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/FERREIRA%20Novos%20paradigmas.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

FNDE. **Portaria Nº 230, de 29 de abril de 2019.** Institui a Comissão Especial de Habilitação das IFES. Brasília: FNDE, 2019.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 3 nov. 2022.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/biografia>. Acesso em: 3 nov. 2022.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/cecampes-centros-colaboradores-de-apoio-ao-monitoramento-e-a-gestao-de-programas-educacionais>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ-TERUEL, A. **Los estudios de necesidades y usos de La información**: fundamentos y perspectivas actuales. Espana: Ediciones Trea, S. L., 2005.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MAFASSIOLI, A. S. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. **Fineduca**: Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 1-18, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/67555/38751>. Acesso em: 19 maio 2022.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613/615>. Acesso em: 18 maio 2022.

MARTELETO, R. M.; NASCIMENTO, D. M. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **Data grama zero**: Revista de Ciência da Informação, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 1-9, out. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5679>. Acesso em: 18 maio 2022.

MCKENZIE, P. J. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220410310457993/full/html>. Acesso em: 3 nov. 2022.

MCNAUGHT, C.; LAM, P. Using Wordle as a supplementary research tool. **The Qualitative Report**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 630-643, 2010. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol15/iss3/8/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

MELO, F. Demore na dúvida. *In*: DICIONÁRIO CRIATIVO. **Citações para informação**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://dicionariocriativo.com.br/citacoes/informa%C3%A7%C3%A3o/citacoes/informa%C3%A7%C3%A3o/2>. Acesso em: 3 nov. 2022.

MICROSOFT. **Criar e gerenciar relações no Power BI Desktop**. 2019. Disponível em: <https://powerbi.microsoft.com/pt-br/what-is-power-bi/>. Acesso em: 16 out. 2022.

MOTA, P. A. T. *et al.* Democratização da gestão escolar: mecanismos de participação na escola. **Research, Society and Development**, Itabira, v. 10, n. 12,

p. 1-9, 2021. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/20297/18334/249733>. Acesso em: 01 dez. 2021.

NICÉSIO, G. A. L.; ALMEIDA, M. B.; CONCEIÇÃO, L. M. **Políticas públicas na educação básica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2015.

OLIVEIRA, M. **Cecampe e UFPB promovem III Webinário de Formação de Gestores de Escolas Públicas da Região do Nordeste**. João Pessoa, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/cecampe-e-ufpb-promovem-iii-webinario-de-formacao-de-gestores-de-escolas-publicas-da-regiao-do-nordeste>. Acesso em: 28 maio 2022.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em:
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/5gestao_escolar_democratica_definicoes_principios_mecanismo_implementacao.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, T. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?**. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/financiamento-da-educacao/programa-dinheiro-direto-na-escola-uma-proposta-de-redefinicao-do-papel-do-estado-na-educacao>. Acesso em: 13 out. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUINTO, A. M. **O uso da ferramenta Power BI para estruturação de dados e apoio a tomada de decisão de uma instituição de ensino do estado do Ceará**. 2020. 36f. Artigo (Graduação em Administração) – Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, C. P. A. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67014/39098>. Acesso em: 3 abr. 2022.

RUA, M. G. **Avaliação de Políticas, Programas e Projetos: notas introdutórias**. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em:
https://jacksondetoni.files.wordpress.com/2014/05/texto-apoio-05-_grac3a7as-rua.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

SAVOLAINEN, R. **Everyday information practices**: a social phenomenological perspective. Lanham: Scarecrow Press, 2008.

SAVOLAINEN, R. Information Behavior and Information Practice: reviewing the "Umbrella Concepts" of Information-Seeking Studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77 n. 2, p. 109-132. 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/517840>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SILVA, G. F. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6575#:~:text=O%20objeto%20de%20estudo%20da,para%20contribuir%20na%20gest%C3%A3o%20financeira%2C>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SILVA, L. **Seminário de Monitoramento e Avaliação das ações do CECAMPE-NE**. [S. l.: s. n.], 2022. 1 Vídeo (67 min). Publicado pelo canal CECAMPE Nordeste. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gCW1Yzmj5rM>. Acesso em: 2 jun. 2022.

SILVA, L. C. F. **Estado e Políticas de Gestão Financeira para a escola pública: a autonomia da escola no PDDE**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/luizete_dissertacao.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.

SMARJASSI, C.; ARZANI, J. H. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acessado em 13/10/2022.

SOUSA, L. F.; CAVALCANTE, L. E. Práticas informacionais de profissionais da saúde durante a pandemia: estudo sobre a resiliência informacional em tempos de crise. In: ALVES, E. C. *et al.* **Práticas informacionais**: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa, Editora UFPB, 2020, p. 214-254.

TALJA, S. Constituting "information" and "user" as research objects: a theory of knowledge formations as an alternative to the information man - Theory. In: VAKKARI, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (ed.). **Information seeking in context**. Londres: Taylor Graham, 1996, p. 67-80.

TALJA, S.; NYCE, J. M. The problem with problematic situations: differences between practices, tasks and situations as units of analysis. **Library & Information Science Research**, Amsterdã, v. 37, n. 1, p. 61-67, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818815000031>. Acesso em: 3 nov. 2022.

WENGER, E. **Communities of practice**: learning, meaning and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.